



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 418 - DE 28 DE AGOSTO A 11 DE SETEMBRO DE 2011 - R\$ 3,00

**Sintomas da crise se manifestam no Brasil:
Preparar a resposta aos ataques capitalistas, com
nossas próprias reivindicações e métodos de luta**

Chile: Governo de Piñera mata estudante em luta

A brutal repressão com que o governo de Sebastián Piñera vem enfrentando as manifestações estudantis culminou no fuzilamento de Manuel Gutierrez, de 14 anos. Um tiro no peito apagou o grito de defesa do ensino público. Mas a bandeira do movimento, manchada de sangue, tremula mais alto nos punhos da multidão que toma as ruas de Santiago.



**Intervenção imperialista possibilita a derrubada do governo Kadafi
Toneladas de bombas e milhares de mortos sob a ação
criminosa da Otan em nome da paz, da liberdade e da democracia**



**Fora o imperialismo da Líbia!
Pela autodeterminação da nação oprimida!**

Oposição revolucionária a Dilma

Crise ministerial prossegue

Com o pedido de demissão do ministro da Agricultura, Wagner Rossi, são quatro quedas em menos de oito meses de governo. O que mostra que a crise política, aberta com as denúncias de corrupção do ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, ainda persiste. A demissão do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, criou um grande transtorno ao governo, uma vez que o Partido da República (PR) considerou-se desguarnecido pelo Planalto e proclamou sua independência perante a base aliada de Dilma. Wagner Rossi teve o apoio necessário, mas o bombardeio da imprensa revelando a vasta podridão em seu ministério impossibilitou sua permanência. Por mais que Dilma tenha se empenhado em garantir o posto do ladrão, em função da participação decisiva do PMDB na coligação, não teve êxito. As notícias sobre as falcaturas foram se avolumando e se aproximando do vice-presidente peemedebista, Michel Temer, cuja vida privada está para ser passada a limpo. O fato de Wagner Rossi ter sido indicado por Temer e fazer parte do seu círculo de poder levantou sérias suspeitas.

A saída do ministro da Defesa, Nelson Jobim, não ocorreu por denúncias de falcaturas. Mas nem por isso deixou de fazer parte da crise política. Certamente, não houve interesse de nenhum adversário apontar o dedo para seus bens materiais. O ministro também do PMDB eschachou publicamente as ministras Ideli Salvatti (Relações Institucionais) e Gleisi Hoffmann (Casa Civil) e fez questão de declarar que votou em José Serra. O prepotente Jobim levou o acinte ao extremo. A sua petulância, no entanto, se deveu à situação de crise política no seio do governo. Chamou a atenção, nesse episódio, a manifestação de militares contra a decisão da presidente de colocar na pasta da Defesa o ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Inúmeras foram as contestações. Dilma se viu obrigada a convocar uma reunião com os comandantes das Forças Armadas para lhes garantir que Amorim dará continuidade a gestão de Jobim e, sobretudo, prometeu manter o acordo de não se tocar na Lei da Anistia e não mexer nas feridas da ditadura militar. As declarações de militares desqualificando Amorim trouxeram à tona um dos traços fundamentais do Estado brasileiro, que é o poder das Forças Armadas sobreposto aos governos. Eis por que Dilma ficou calada e não fez senão dar garantias.

Outros acontecimentos expuseram a extensão da crise política e a fraqueza do governo. No rol das denúncias de corrupção, foi exposto que o comandante do exército Enzo Martins

Peri está sendo investigado de estar envolvido com fraudes em obras tocadas pelo Exército. O fio da meada se entrelaça com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Denit), um dos antros de ladroagem do Ministério dos Transportes. Segundo informações, a Procuradoria Militar investiga oito generais. O caso foi aberto em 2004. Estava acobertado. Veio à luz do dia com os escândalos dos Transportes. Mas Dilma não se referiu a nenhuma “faxina” no Exército. Lula sabia do processo na Procuradoria Militar, mesmo assim colocou o general Enzo no comando do Exército e Dilma o manteve.

No âmbito do judiciário, as fraudes e estelionatos são escandalosos. A Corregedoria Nacional de Justiça elaborou um relatório que expõe um judiciário profundamente apodrecido. Juízes vendem sentenças, liminares, distribuição de processos, liberação de precatórios, de contratos, etc.. A ministra Eliana Calmon, corregedora nacional de Justiça, declarou: “*nunca vi coisa tão séria*”. No entanto, os ladrões da Justiça continuam com as mãos livres. Parece que nada mais impressiona a população, tão acostumada que está com os escândalos de corrupção.

Nem bem se abafavam as denúncias de um ministério, vinham outras. A Operação Volcher, da Polícia Federal, prendeu o secretário executivo da pasta de Turismo, o diretor do Ibrasi, o presidente executivo do Ibrasi e outros membros de uma quadrilha que sangrava os cofres públicos. O vice-presidente da República reclamou do excesso da PF por ter algemado os facinoras. Dilma ampliou a reclamação e se mostrou insatisfeita com seu ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, por não tê-la avisado da Operação.

Como se vê, a corrupção vaza por todos os poros do Estado. Em si, não é motivo de crise política. Mas as denúncias de um grupo contra outro, recorrendo à imprensa, expõem as disputas no interior do Estado. Essas vão se resolvendo por acomodação nos cargos e na distribuição dos poderes, até que novos fatos estremeçam as relações interburguesas.

Os explorados e oprimidos desconhecem a “guerra” de denúncia. Mas não deixam de observá-la. Faltam-lhes o partido revolucionário e os sindicatos independentes para ajudá-los a fazer a experiência com a política dos partidos patronais e deles se libertarem. O PT e a burocracia sindical pró-capitalista constituem uma poderosa trava que terá de ser quebrada pela luta de classes. A resposta se encontra nas reivindicações das massas e no programa estratégico de destruição do Estado capitalista, por meio da revolução proletária.

Boa vizinhança de Dilma com o PSDB

Não há nada de estranho que a presidente da República se aproxime do maior partido da oposição e de suas principais figuras. Isso porque se trata da política burguesa. Situação e oposição constituem frações de uma mesma classe capitalista. Embora o PT tenha arrematado parte da classe operária e da pequena burguesia, ao constituir o governo burguês, passou a expressar uma de suas frações. A política pequeno-burguesa não tem como progredir no interior do Estado senão se submeter à burguesia. Mas precisamente ainda, sem se submeter ao grande capital.

Lembremos que Lula para chegar à presidência teve de reconhecer os interesses do capital financeiro e das multinacionais. O que foi expresso na conhecida “*Carta ao Povo Brasileiro*”. Ao derrotar os poderosos partidos oficiais, teve de se contrapor diuturnamente à oposição da coligação PSDB/DEM. Apesar do apoio popular, foi obrigado a se escorar numa ampla coligação partidária, cuja coluna vertebral correspondeu ao maior partido burguês, PMDB. O seu governo pretendia ser uma ruptura com o que se denominou “herança maldita” de Fernando Henrique Cardoso. Sabe-se que Lula não promoveu

nenhuma ruptura, no fundamental deu continuidade ao Plano Real. O embate se deu no nível ideológico entre neoliberalismo e desenvolvimentismo.

Dilma inicia seu governo reconhecendo a obra de FHC. O que quer dizer que a política econômica de Lula não passou de sequência. A presidente não apenas estendeu as mãos para o ex-presidente peessedebista, num gesto de amizade, como também tomou a iniciativa de fortalecer os laços com o governador Geraldo Alckmin, do estado de São Paulo. Em nome do combate à miséria, o esperto governador se dispôs a colaborar com os planos de Dilma.

Os petistas e sua burocracia sindical, que vivem reclamando do governo do PSDB, não sabem o que dizer. Alguns burocratas sindicais chegam a resmungar que não estão de acordo com essa aproximação e que nada têm a ver com isso porque mantêm sua independência. Uma saída típica de contrabandistas, evidentemente. O trânsito de Dilma nas hostes de uma das frações do PSDB, que não é a de José Serra, é próprio da política burguesa.

Lula teve a vantagem de administrar os interesses da burguesia em uma situação econômica favorável. Dilma, ao contrário, tem sobre seus pés a crise econômica que se agrava. Não

Primeira privatização do governo Dilma

Cumprindo a meta de privatização de aeroportos, realizou-se o leilão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, Natal, Rio Grande do Norte. O consórcio entre a Engevix e a argentina Corporación América ganhou a concorrência. O governo considerou um grande sucesso. O que, segundo as vozes privatistas, é um bom sinal para os leilões marcados para dezembro, envolvendo Cumbica (São Paulo), Viracopos (Campinas) e Juscelino Kubitschek (Brasília).

O empresariado elogiou a disposição do governo de entregar as atividades aeroportuárias à iniciativa privada. Dizem que até que enfim o governo petista se rendeu à realidade.

Prevê-se que o leilão dos três grandes aeroportos será complicado, porque os empresários exigem mais poderes em detrimento da Infraero. No entanto, mesmo que o Estado mantenha 49% do capital, os novos donos terão garantida a alta lucratividade. A Infraero, de fato, perde o controle. Os exploradores não deixarão de pressionar para obter maiores vantagens. Podemos esperar demissões, destruição de direitos, intensificação da jornada de trabalho e arrocho salarial. E as tarifas vão ser elevadas.

A campanha burguesa pela privatização é antiga. A receita neoliberal é de que nenhuma atividade lucrativa deve ficar sob o controle do Estado. O crescimento da procura da classe média para a utilização do transporte aéreo e dos envios potenciou esse negócio. Neste momento, a Copa do Mundo e

Sintomas da crise econômica no Brasil

Dilma Rousseff vem se esforçando para convencer a população de que “o Brasil está mais preparado que em 2008”. Nesse ano, Lula fez o mesmo avaliando que o País não seria arrastado pelo vendaval da crise que se manifestou a partir dos Estados Unidos. A queda econômica em 2009, no entanto, demonstrou que não se tratava de uma simples “marolinha”. Bilhões foram

sabe até que ponto poderá manter unida a ampla, a heterogênea, a fisiológica e a corrupta base de sustentação escorada no PMDB.

Recordemos que a grande aspiração original do PT era se unir com o PSDB e não com o PMDB. Não deu certo porque o PSDB era um partido em ascensão no poder do Estado. Ou o PT o apoiaria, ou ficaria na oposição. Uma aliança de igual para igual se tornou impossível, porém era a grande aspiração da camarilha petista dirigente. Provavelmente, setores do PT vinculados ao núcleo governamental avaliam que a fórmula PT/PMDB está se esgotando. Uma aproximação com o PSDB abre portas para o futuro e para o presente se amenizariam os choques opositores. Essa via indica que o PT não tem longo fôlego para garantir alianças que lhe permitam comparecer como dirigente do Estado. É verdade que o lulismo ainda não se exauriu.

A classe operária e os camponeses pobres conservam ilusões no caudilho Lula. No entanto, as novas condições da crise mundial do capitalismo e suas manifestações no Brasil não mais permitirão as mesmas facilidades de arregimentação das massas oprimidas. A probabilidade é que o governo de Dilma ataque abertamente os explorados.

os Jogos Olímpicos servem de motivo para o governo federal entregar os aeroportos.

Aqueles que acreditaram que o PT era a encarnação do antineoliberalismo ficaram de joelhos diante do grande capital.

A burocracia sindical da CUT e dos aeroviários se colocou de acordo com a privatização, ressaltando que o “modelo” deveria dar a Infraero o poder majoritário. Queria que Dilma ouvisse a sua proposta. Mas a Thatcher brasileira desconheceu as preocupações dos burocratas conciliadores.

Se os trabalhadores dos aeroportos dependerem desses antineoliberais, vão comer o pão que o diabo amassou. Ou se rechaça a privatização, organizando a greve, ou a Dilma vai em frente com seu plano. Ou se ataca abertamente o governo burguês de aliança do PT com PMDB, PDT, PSB, PR, PP e PCdoB como antinacional e antipopular, ou se curva diante da ofensiva do grande capital. Ou se organiza um amplo movimento em defesa da estatização, ou se submete à privatização pró-imperialista.

Os aeroviários não têm outra saída senão se colocar sob o programa da classe operária, que tem por fundamento a expropriação geral da classe capitalista. É preciso dizer: ***Abaixo a privatização dos aeroportos! Fora todos os “modelos” privatistas! Em defesa da estatização de todo sistema aéreo!***

Sob essas bandeiras e com o método da ação direta, é possível convocar os trabalhadores e a juventude a saírem em defesa do patrimônio público.

entregues ao grande capital, principalmente às multinacionais. A dívida do Tesouro nacional cresceu, aumentou o montante de juros e recrudescer o desequilíbrio cambial. O fato de em 2010 a economia voltar a crescer criou a impressão que de alguma maneira o prognóstico de Lula estava correto.

Em nível mundial, também se anunciou o fim da recessão

e o começo de uma recuperação. A gigantesca intervenção dos Bancos Centrais e dos Tesouros nacionais das potências retardou momentaneamente a marcha da crise. Provavelmente, o ufanismo de Lula tinha por base o resultado imediato da proteção expedida aos banqueiros pelos governos no mundo inteiro. Ocorre que os trilhões de dólares despejados pelos cofres públicos não fizeram senão potencializar as contradições, que configuram a crise estrutural do capitalismo.

A quebra na construção civil norte-americana expôs a superprodução e os artifícios financeiros que endividaram a população. Como não se tratava de um fenômeno particular da maior potência, o processo de falência logo se manifestou na Europa. Bancos e multinacionais se safaram de quebras, como a do banco Lehman Brother, mas à custa de transferir uma montanha de títulos podres e dívidas para os Tesouros nacionais.

Durante o ano de 2010, foi possível ocultar os fundamentos da débacle capitalista. Porém, por pouco tempo. Em meados de 2011, eclodiu a chamada “crise da dívida soberana”. Países inteiros se acham à borda do precipício, ou então nele despencaram, como a Grécia e Irlanda. Os Estados Unidos indicaram que, na melhor das hipóteses, enfrentarão um rigoroso estancamento. Estagnação, recessão e queda de crescimento são tendências dominantes. É o que caracteriza a situação da economia mundial.

O governo brasileiro previa um crescimento de 4,5%, quando vinha crescendo a taxas superiores até meados de 2008. Não se crê mais nessa possibilidade. Há instituição que prevê apenas 3 ou 3,5%. A tendência de queda econômica no Brasil reflete a crise geral. A indústria está contratando menos e já se prenunciam demissões. O governo aconselha a burocracia

Manifesto sobre a crise

Armar-se com o programa proletário para enfrentar a crise

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, chamou a atenção das Centrais Sindicais que não é hora de reivindicar salário. A presidente Dilma Rousseff declarou que será preciso apertar o Orçamento federal. A burguesia reclama que o custo trabalhista está muito alto. As vozes do governo e da classe capitalista convergem para o objetivo de novos ataques à Previdência.

Medidas já estão sendo tomadas: 1) não conceder aumento aos aposentados que recebem acima do salário mínimo; 2) arrochar os salários do funcionalismo. Paira sobre o salário mínimo a possibilidade do governo não cumprir o prometido.

Diz o governo que são algumas ações voltadas a proteger o Brasil contra a crise.

Na realidade, Dilma está indicando que descarregará os efeitos da crise sobre os assalariados e demais oprimidos. Ao mesmo tempo, coloca-se por proteger setores da classe capitalista. Para isso, lançou o plano “Brasil Maior”. O conjunto de medidas está destinado a garantir a lucratividade de alguns ramos da indústria nacional, mas fundamentalmente da indústria multinacional. Também para proteger os exportadores, em sua maioria de capital estrangeiro. Impostos são reduzidos e o recolhimento patronal da parcela do INSS, isentado. Está

sindical a não reivindicar aumentos salariais. Cogita alterar para pior os critérios para aposentadoria. Decretou que os aposentados que recebem acima do salário mínimo não terão o aumento. Aí estão os primeiros sintomas da crise. O governo burguês se prepara para um maior ataque à vida das massas.

O problema fundamental de uma crise não está nas medidas em si mesmas, nas disputas interburguesas e nem na derrocada econômica. Encontra-se na capacidade de luta do proletariado em se colocar na direção de um movimento nacional das massas em defesa de seu programa.

A burguesia e seu Estado sempre encontrarão uma saída para preservar o sistema capitalista. Não obstante, não poderão encontrá-la a não ser com os métodos da exploração, da opressão e da barbárie social. A classe operária, por sua vez, pelo lugar que ocupa na produção, é a classe que pode não apenas encontrar uma saída como solucionar definitivamente a crise estrutural. O seu programa de destruição do poder burguês, de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista, e de planejamento econômico está comprovado historicamente como a via de superação do capitalismo.

A imensa dificuldade está em que o proletariado se encontra desorganizado e controlado pela política burguesa, que se faz presente por meio do PT e da burocracia sindical. Está colocada a tarefa de constituir no fogo da crise e da luta de classes o partido marxista-leninista-trotskyista. O Programa de Transição da IV Internacional é a base sobre a qual a vanguarda ajudará o proletariado, os demais explorados e a juventude a se chocar contra as saídas burguesas antinacionais e antipopulares do governo burguês de Dilma e dos que se seguirão.

aí por que Dilma, também, decidiu privatizar os aeroportos. Essas medidas, igualmente, se voltam contra os explorados.

Os operários, os trabalhadores de classe média, os camponeses pobres e a juventude oprimida não podem se deixar enganar com o argumento de que a crise é de responsabilidade de todos os brasileiros e que todos devem pagar por ela. Não! A crise é uma manifestação da economia capitalista baseada na brutal exploração do trabalho, na pobreza e miséria da maioria e na brutal acumulação de capital e riqueza nas mãos da minoria exploradora.

Não pagaremos pela crise da classe burguesa!

Abaixo o Plano Brasil Maior de sacrifício dos trabalhadores e favorecimento dos capitalistas!

Privatizar, não! Estatizar, sim!

Lutaremos em nossa defesa com o programa da classe operária e com o método da luta de classes!

Romper a conciliação dos sindicatos e centrais com o governo burguês de Dilma e com a FIESP

Enquanto a CUT, Força Sindical e CTB se submetem à campanha da Fiesp em favor do grande capital, a burguesia prepara o terreno para desaceleração econômica e para preservar

seus lucros. Ou seja, prepara-se para demitir, rebaixar os salários e golpear a previdência. As burocracias sindicais reformistas, estalinistas e direitistas erguem a bandeira da Fiesp e pisoteiam a bandeira da classe operária. Para enganar os explorados, confundem algumas reivindicações dos oprimidos com os interesses do patronato. Chamam os operários a defenderem os pleitos da burguesia e a acreditarem que assim estão defendendo seus empregos e seus salários. Mentira! Defender os interesses dos exploradores é sacrificar os empregos, os salários dos explorados e os direitos.

Quando os operários exigem aumentos salariais, a Fiesp une toda classe capitalista para esmagar as reivindicações das campanhas salariais. Quando os empresários demitem, a Fiesp os defende com o direito de propriedade capitalista. E quando os operários vão à greve, o governo e burguesia se valem da lei antigreve e da polícia. Essa mesma burocracia que trai os operários, também mutila as greves do funcionalismo público para favorecer o governo. Essa mesma burocracia sindical isola a classe operária do movimento camponês que luta pela terra.

Os explorados devem rechaçar a política de conciliação e lutar por suas próprias reivindicações e com seus métodos de ação. A defesa da independência política e organizativa da classe operária se concentra no combate à burocracia traidora e na defesa da separação e oposição das reivindicações dos explorados perante os interesses patronais.

Abaixo a política traidora das direções da CUT, CTB e Força Sindical!

Pela unidade dos explorados e da juventude sob o programa da classe operária!

Alerta aos trabalhadores e à juventude

É falso que a crise norte-americana, europeia e japonesa não arrastará o Brasil para o precipício. É falso que o País tem todas as condições para enfrentar a bancarrota que se espalha entre as potências. Não vamos nos iludir com o otimismo do governo do PT e da burocracia sindical.

As massas estão diante da crise mais ampla e profunda do pós-guerra. O que quer dizer que estão de frente com o avanço da barbárie capitalista. É o que assistimos nos Estados Unidos e Europa com a estagnação econômica, com o desemprego em alta e com a juventude sacrificada.

É parte da barbárie os bombardeios da Otan sobre a Líbia, o prolongamento da ocupação do Iraque e Afeganistão, as ameaças de guerra contra o Irã, a constante violência de Israel contra os Palestinos e a fome que assola o continente africano.

Atenção, trabalhadores! O Brasil não é uma ilha no mundo capitalista em decomposição. Se a miséria e a fome puderam ser ocultadas com os planos assistencialistas do governo Lula, não foram erradicadas e estão à espera da chegada de novos desempregados e subempregados. O programa da burguesia para a crise resulta em aumento da exploração e destruição de antigas conquistas sociais.

Atenção, trabalhadores! A classe operária se encontra despreparada para enfrentar a tormenta econômica e social que aproxima. Seus sindicatos e as Centrais sindicais que dividem o movimento operário foram assaltados por uma burocracia pró-patronal e pró-governamental. Essas direções trabalharam e trabalham todo tempo para desorganizar a classe operária e para subordiná-la à política dos exploradores.

Atenção, trabalhadores! Temos nossos meios de luta, que são as greves, manifestações, ocupações de fábrica e bloqueios. Temos nossas reivindicações contra a exploração, o desemprego e a miséria. Temos a possibilidade de unir todos os explorados e oprimidos sob o programa proletário de resistência aos ataques da burguesia e de ofensiva contra o domínio da classe capitalista sobre a economia e o Estado.

NOSSA RESPOSTA À CRISE

Vamos nos preparar para enfrentar os ataques. Começamos por rejeitar os planos do governo Dilma de apoio aos capitalistas e a diretriz de arrochar os salários. Por rechaçar o apoio das Centrais aos pleitos da Fiesp. E exigir que os sindicatos convoquem assembléias e que a CUT organize um congresso operário, camponês e juventude para estabelecer a unidade dos explorados em torno de uma plataforma de reivindicações. Eis os pontos fundamentais:

1. Por um salário mínimo vital, calculado segundo as necessidades reais da família assalariada;
2. Proteção dos salários contra a inflação e a alta do custo de vida, por meio da escala móvel de reajuste automático – subiu a inflação, sobe-se o salário;
3. Defesa do emprego a quem está na produção e incorporação dos desempregados e subempregados ao trabalho, por meio da estabilidade e da aplicação da escala móvel das horas de trabalho – dividir as horas nacionais utilizadas na produção entre todos aptos ao trabalho; fim da terceirização com a admissão de todos os terceirizados;
4. Volta da aposentadoria integral. Fim da combinação tempo de serviço e idade. Fim do fator previdenciário;
5. Proteção à juventude, garantida pelo emprego a todos os jovens, com uma jornada de trabalho compatível com o tempo exigido pelos estudos – quatro horas na produção, o restante para a escola e lazer;
6. Atendimento às reivindicações dos camponeses sem-terra, ao pequeno agricultor pobre e às etnias indígenas;

Com esse plano de reivindicações, a classe operária, os camponeses, a classe média urbana e a juventude podem começar a se defender da crise e dar um passo na direção do programa revolucionário de luta por um governo operário e camponês e de expropriação da grande propriedade dos meios de produção e de sua transformação em propriedade social.

Não há como evitar a bancarrota do Brasil e o sacrifício da maioria explorada apenas com as reivindicações defensivas. É necessário que por meio delas a classe operária tome a frente das lutas e encarne o programa da revolução e ditadura proletárias.

Por um congresso operário, camponês e da juventude!

Por um plano de reivindicações dos explorados!

Pela unidade dos oprimidos frente aos capitalistas e seu governo!

19 de agosto de 2011

Ceará

Escândalos no governo Cid: corrupção não é mais novidade no PT

O recente escândalo no governo Cid Gomes (PSB) em torno do desvio de R\$ 16 milhões que deveriam ser destinados à construção de kits sanitários (banheiros) para populações carentes do interior, trouxeram à tona mais um esquema do qual o PT, envolvido, não consegue se explicar. Durante sua participação no governo Cid, o partido, outrora campeão da ética e paladino da moralidade, não para de ter seu nome associado a um número crescente de escândalos e desvios de verbas.

O mais recente caso foi o dos banheiros, onde o Presidente do Tribunal de contas do Ceará, Teodorico Menezes, e seu filho deputado Teo Menezes do PSDB armaram esquemas via prefeituras do interior (Pindoretama etc) e entidades ou associações fantasmas para desviar pelo menos R\$ 1,6 milhão em apenas 4 municípios que seriam destinados a construir 880 banheiros para famílias de baixa renda. O IBGE constatou que 187 mil famílias moram tão precariamente no interior do estado que sequer têm banheiros. O dinheiro foi repassado e apenas 40 foram entregues. Os recursos do Fecop (fundo de combate à pobreza) e da Funasa foram despachados via Secretaria das Cidades, na época (2006-2010) chefiada por ninguém menos que Joaquim Cartaxo, ex-presidente do PT estadual, e Juran-dir Santiago, atual presidente do Banco do Nordeste, que assinou diversos convênios de fachada. O atual Secretário, Camilo Santana, cotado a possível candidato do PT à Prefeitura de Fortaleza, por sua vez, prorrogou tais contratos. O governo Cid, com ajuda de sua bancada parlamentar, incluindo aí os petistas, enterrou a proposta de CPI levantada pela oposição burguesa (Heitor Ferrer/PDT) e salvou a pele dos aliados acusados entre eles os mandarins do PSDB. Para conter o incêndio e salvar a reputação de seus secretários de estado, a executiva estadual do PT, comandada por Luizianne, publicou uma moção de solidariedade aos acusados. Esta, porém, não foi a primeira em vez que o PT esteve no olho da tormenta em se

tratando de suspeitas de fraudes, improbidade e desvios.

Em 30 de julho deste ano, envolveu-se em novo escândalo com a prisão do prefeito de Senador Pompeu (a 275 km de Fortaleza) Antônio Teixeira/PT, após a expedição de mandados de prisão pelo TJ-CE. Teixeira e o vice, Luís Flávio, foram indiciados por desvios de verbas e formação de quadrilha. A Executiva estadual do PT suspendeu seus direitos partidários por 60 dias mas o manteve filiado. No final de 2010, foi a vez do atual presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, Acrísio Sena (PT), então presidente do Imparh (instituto de recursos humanos do município) ser condenado pela TCM por improbidade administrativa e obrigado a devolver quase R\$ 840 mil por contratos irregulares com a empresa Finatec. Recentemente o Ministério Público Estadual denunciou Luizianne Lins (PT), mais uma vez, por improbidade administrativa e mau uso da guarda municipal que era empregada para vigilância pessoal de sua mãe, a suplente de Deputado, Luiza Lins.

Para os marxistas revolucionários, a trajetória do reformismo petista não podia ser diferente. O abandono de posições populares e esquerdizantes em favor da mais aberta colaboração de classe e traição ao proletariado foi a senha para a corrupção material de seus quadros. À medida que o PT foi avançando sua fatia de controle sobre o aparato estatal mais teve e tem de comportar-se como um partido oligárquico, reproduzindo toda a podridão da velha política burguesa. Não casualmente tem de aliar-se com as quadrilhas burguesa dentro do estado (PMDB, PTB etc) e com elas manter profundas relações. Não é possível um Estado burguês sem corrupção, este azeite necessário de suas engrenagens. Cabe aos explorados se contrapor às frações burguesas e sua orgia financeira empunhando a bandeira de tribunais populares para julgar e punir os crimes da burguesia. À classe operária e camponeses pobres cabe a tarefa geral de varrer este estado por meio da revolução e ditadura proletárias.

Ato contra os assassinatos na cidade e no campo

No dia 8 de agosto ocorreu no teatro da PUC um ato contra os assassinatos no campo e na cidade. Teve como objetivo a denúncia dos assassinatos que ocorreram e o depoimento dos que são ameaçados por se contraporem aos interesses capitalistas.

Foram expostos os nomes dos militantes assassinados: Marçal Tupã, Xicão Xucuru, Sebastião Bezerra, Flaviano Pinto, Janja, profº Rolindo, Cacique Veron, João Claudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo da Silva – militantes de movimentos que reivindicam a questão da terra, como indígena, quilombola e camponês.

Dentre os militantes ameaçados que participaram estavam: Manoel Santana (movimento quilombola - Maranhão); professor Ronaldo (movimento por habitação- São Paulo); Márcia Honorato (movimento contra violência policial- Rio de Janeiro); Elizeu Guarani (movimento indígena- Mato Grosso do Sul); Maria Ivete Bastos dos Santos (luta contra as madeireiras – Pará); Alexandre Anderson (grupo homens do mar – Bahia do Guanabara, Rio de Janeiro). Rosângela de Oliveira Brantes (movimento camponês – Minas Gerais). A maioria de-

les está sob proteção do programa do governo, porém, questionaram essa forma de responder a violência.

Esses companheiros são ameaçados por travarem a luta pela sobrevivência, pois sabem que os interesses do grande capital os exterminam, seja de forma direta ou indireta. Como citado, os assassinatos e ameaças de militantes estão associados principalmente a conflitos agrários, ou seja, de uma maioria de camponeses que são expulsos da terra pela minoria dos latifundiários, que se apropria da terra e das ferramentas necessárias para trabalhar - o que expressa a luta entre classes no capitalismo. Desta forma, o Estado burguês ou acoberta os matadores, ou desfecha a repressão policial.

A violência de classe da burguesia deve ser respondida organizadamente com autodefesa armada, por meio de comitês agrários. Os camponeses precisam de confiança na luta pela terra e pela existência. Em aliança com a classe operária, deve ser constituído um Tribunal Popular, que permita aos explorados julgarem os crimes dos capitalistas e conquistarem independência de classe dentro dessa cruenta luta de classes.

Greve dos funcionários das federais completa 80 dias e governo mantém intransigência

Os funcionários das universidades federais estão em greve pelo reajuste salarial, por um piso salarial de três salários mínimos (hoje é de R\$ 1.034,00) e contra a terceirização. São 50 instituições em todo o país e mais de 100 mil trabalhadores em greve. O governo ofereceu um índice inferior à inflação (4%) a ser concedido no meio do ano que vem, o que vai dar menos de um terço da inflação do período. As aulas estão prejudicadas em várias unidades e já se discute o adiamento de datas de vestibulares para o ano que vem.

Estão em greve os professores de vários estados e também funcionários de universidades estaduais (84 dias de greve na UERN).

A onda grevista se explica pela política do governo de não conceder reajustes salariais, ou fazê-lo em índices inferiores à inflação, que já bate na casa de 7% ao ano.

O Ministro da Fazenda Guido Mantega tem anunciado que o governo pretende impor o arrocho salarial como uma das medidas de resposta à crise capitalista, que já começa a afetar o Brasil. O governo Dilma acata as pressões internacionais para descarregar o custo da crise sobre os assalariados, começando pelo funcionalismo público. É essa determinação que explica a dureza que enfrentam as dezenas de greves no funcionalismo, que duram meses a fio e não têm conseguido vencer.

Um dos obstáculos para avançar o movimento têm sido a divisão. Somente agora, depois de mais de dois meses de greve, é que os professores começam a se mobilizar e apontam para a unidade grevista com funcionários. Os estudantes, principal força social na universidade, ainda não se mobilizaram para intervir no conflito e levá-lo às ruas. Isolados, os funcionários não encontram a força necessária para vencer e a greve se prolonga, afetando ainda mais o funcionamento dos cursos e das universidades.

O movimento tem crescido, com a adesão de mais universidades (Pelotas entrou em greve no último dia 22 e na Unifesp estudantes (Santos em greve desde 22/08) e professores (Santos terá paralisação

entre 26 e 31 de agosto) caminham para a unidade na luta.

A imposição do STJ de 50% de funcionários trabalhando é um golpe contra a greve. Que greve pode existir de fato com metade trabalhando? A legislação antigreve e os tribunais são usados pelo governo Dilma para atacar a greve e impor o arrocho salarial e as terceirizações.

Isso reforça a necessidade de conquistar a unidade grevista entre os que estudam e trabalham e levar o movimento às ruas, em busca do apoio da população assalariada.

É por isso que a assembleia dos estudantes da UFScar Sorocaba deve se colocar pela greve estudantil unificada com funcionários e um chamado aos professores para que também aprovem a greve. A unidade grevista deve ser defendida em todas as assembleias de professores e de estudantes em cada uma das unidades em greve. Levar ao Comando Nacional propostas de mobilização conjunta dos três setores: ir às ruas, ocupar avenidas e prédios públicos, inviabilizar o funcionamento da burocracia, projetar o movimento ao conjunto da população assalariada. Discutir a unificação da pauta de reivindicações dos três setores para enfrentar juntos a intransigência governamental.

É preciso colocar também a necessidade de avançar rumo ao ensino público e gratuito para todos: a principal tarefa nesse sentido é a estatização sem indenização de toda a rede de ensino privada, a conquista do fim do ensino pago. Os estudantes chilenos têm saído às ruas em defesa da estatização. Esse é o caminho para dobrar o governo e defender a vida, o trabalho e o ensino público.

- Pelo atendimento das reivindicações de funcionários e professores!

- Pela unificação da pauta de reivindicações dos três setores!

- Pela greve estudantil unificada com funcionários e professores, em defesa do ensino público e pelo fim da terceirização!

- Pelo ensino público e gratuito para todos: estatização sem indenização do ensino privado!

Bahia

Professores da UFBA: direção da APUB segue vergonhosa proposta do Governo Dilma (PT)

No dia 22 de agosto, ocorreu uma assembleia dos professores da Universidade Federal da Bahia (UFBA), convocada pela atual direção petista da APUB (Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia). A ação da direção do sindicato tem sido no sentido de defender as posições do Ministério da Educação e do Governo Dilma (PT), assim como ocorreu frente às políticas educacionais para as universidades no Governo Lula. Toda a política de destruição da educação pública federal, de ataques aos direitos e condições de trabalho da categoria tem o aval da direção do sindicato.

Não poderia ser outro o papel da direção da APUB na última assembleia. Seus dirigentes fizeram a leitura de uma nota sobre a proposta final do governo federal de promessa de simples incorporação de duas gratificações já recebidas no vencimento básico da categoria (portanto, sem qualquer aumento real), reajuste de 4% sobre este novo valor básico (não sobre o valor total da remuneração) e compromisso futuro de reestruturação da carreira. Trata-se de um verdadeiro

escárnio com os professores, ao mesmo tempo em que o governo leva à frente projetos de leis que privatizam os hospitais e maternidades universitárias e congela os salários.

Não bastasse isso, a direção da APUB anterior e a atual reforçam a política da direção do Proifes de enfraquecer o Andes e dividir a categoria nacionalmente em duas organizações. O PSTU praticamente relegou a luta contra a burocracia da APUB e do Proifes, abandonando a categoria, uma vez que decidiu formar uma nova seção do Andes na Bahia. O fato é que a proposta do governo foi aprovada por uma assembleia esvaziada por 11 votos contra 7, com 5 abstenções. Ressalte-se a vergonhosa posição de um membro da corrente O Trabalho, que se absteve, quando a tarefa colocada era rechaçar a proposta e a política educacional do governo federal. O POR defendeu o rechaço da proposta e a imediata mobilização e preparação da greve da categoria, na defesa da educação pública, do ensino superior, das reivindicações da categoria, unificando as mobilizações e greves nacionalmente, com base na ação direta.

Greve do magistério estadual do Ceará

Professores rechaçam as mudanças no Plano de Carreira e defendem o cumprimento da Lei do Piso

Em fins de julho, o governo Cid Gomes (PSB/PT) anunciou o envio do anteprojeto à Assembleia Legislativa, que altera o Plano de Carreira. Imediatamente, os professores se mobilizaram para assembleia convocada pela Apeoc. Decretaram a greve pela manutenção do Plano de Carreira e pelo cumprimento da Lei Nacional do Piso. As modificações apresentadas pelo governo desfiguram o Plano, eliminando conquistas salariais. Reduz o interstício entre as classes de 5% para 3,33%; os níveis da carreira: médio, graduado, especialista, mestre, doutor foram organizadas em apenas dois níveis: médio e graduado; rebaixou os níveis de 30 para 14 referências e implantou a avaliação de desempenho. Os professores se revoltaram contra essa ofensiva antitrabalhador. A greve que já tem mais de 20 dias demonstra que os docentes não se curvam diante de medidas que lhes arrancam conquistas.

Manobras do governo

O Boletim da Corrente Proletária da Educação/POR denunciou a manobra de Cid Gomes: *“O governo do estado propõe não enviar sua atual proposta de reformulação do Plano de Carreira para votação na Assembleia Legislativa (AL), mas exige, em contrapartida, o fim imediato da paralisação para iniciar uma nova rodada de negociação”*. E rejeita o gesto de conciliação da burocracia da Apeoc: *“Nas últimas reuniões do comando alguns diretores da Apeoc já deixaram claro que esse é o melhor caminho; que o não envio da mensagem de Cid para a votação na AL já é uma vitória do movimento e que este deve dar uma trégua voltando ao trabalho etc. Nós da Corrente Proletária na Educação/POR temos total desacordo com esta apreciação e este encaminhamento”*.

O fato é que o governo e a burocracia estão mancomunados em torno da negociação entre o Plano de Carreira e a Lei do Piso. A Corrente Proletária defende que não há o que se negociar em torno do Piso, que é Lei e que deve ser cumprida imediatamente. O Plano de Carreira não deve entrar em discussão e permanecer como está, uma vez que *“qualquer negociação sobre o Plano atualmente só servirá para retirada de direitos”*.

Os professores em greve lutam para quebrar a manobra do governo e impor sua reivindicação.

Burocracia da Apeoc bloqueia a ação grevista

O início da greve contou com a paralisação de um grande número de escolas, apesar disso, não se observava um grande número de professores nas atividades do movimento, fruto de uma ação totalmente desmobilizadora proposta pela direção da Apeoc, que priorizava atividades como: panfletagens para deputados no aeroporto às 5 horas da manhã, em detrimento de manifestações, ocupações etc.

A formação do comando de greve ocorreu depois de uma semana da decretação da greve. Mas o fundamental é que a composição política do comando não permitiu que se tornasse a direção efetiva da greve. As reuniões são marcadas pela política de boa vizinhança da burocracia com o comando e pela falsa unidade entre as correntes. Nem mesmo a decisão da assembleia de que se publicasse uma nota paga na imprensa, foi concretizada. Muito menos a formação de um fundo de greve. A burocracia de fato impôs a posição de que o comando está a ela subordinado e não às assembleias.

A força da greve

A greve se mantém por meio das reuniões zonais. As bases encaminham as atividades públicas, como manifestações, passeatas, ações em praça, etc., de forma independente da direção do sindicato. As mobilizações coletivas procuram aglutinar pais e estudantes ao movimento. Na prática, a greve é impulsionada por essas atividades zonais. Os estudantes passaram a participar praticamente de todas as atividades da greve. O POR atua a partir das bases procurando organizar a vanguarda e impulsionar a ação direta.

Posições das Correntes

A corrente O Trabalho/PT que controla com mão de ferro o sindicato dos professores municipais de Fortaleza (Sindiute) faz oposição demagógica à burocracia da Apeoc. No comando de greve, exige prestações de contas da direção, quando não o faz no Sindiute e no fundo de greve do sindicato. Defendeu a nota paga na imprensa, mas quando a greve foi do município, negou-se a publicá-la, justamente no momento em que a prefeitura do PT golpeava a greve municipal. Defende a participação dos pais na greve do estado, mas não na do município. No fundamental, não se diferencia da burocracia da Apeoc.

O PSTU, por sua vez, alimenta a boa vizinhança com a burocracia da Articulação/PT. Evita denunciar a condução da greve, procurando ter um lugar na mesa da assembleia em nome da CSP-Conlutas. Retrata a política aparelhista do PSTU em que só questiona a burocracia quando a CSP-Conlutas é cerceada de intervir, a exemplo da negativa da Apeoc de colocar a greve no calendário do dia nacional de luta da Conlutas.

No momento em que estamos diante de uma greve difícil, essas correntes se põem a colocar acima de tudo suas disputas interburocráticas.

Nossa militância na greve

A Corrente Proletária da Educação vem intervindo no movimento com Boletins semanais, organizando as Zonais e fazendo a defesa nas assembleias dos métodos de radicalização grevista, como ocupação de prédios públicos, acampamentos em frente ao centro administrativo do governo, passeatas e marchas. Alerta os professores de que a vitória contra o governo Cid Gomes depende da ação política e da coesão grevista. Os professores da rede estadual de contrato temporário são fundamentais para quebrar a ofensiva do governo e conquistar a estabilidade.

Ao contrário da ação governamental de destruir direitos, a Corrente Proletária defende a implantação do salário mínimo vital de R\$ 3.824,00, implementação do 1/3 da hora atividade do Piso Nacional e estabilidade a todos os professores temporários. Explica aos professores que o objetivo da avaliação de desempenho por parte do governo é responsabilizar os docentes pela decadência da educação, punir e dividir o magistério. Trabalha para que se constitua o verdadeiro comando de greve, eleito na assembleia e submetido a ela. Organiza a participação dos pais e estudantes contra o governo do estado que mutila o trabalho dos professores. Em nenhum momento, a Corrente Proletária deixa de mostrar aos grevistas a necessidade de destruir o sistema capitalista, que degrada cada vez mais a vida dos trabalhadores.

Municipais - SP:**Sem campanha salarial, arrocho na certa**

No semestre passado, a burocracia sindical (PPS) abortou a campanha salarial. A campanha iniciou tímida e terminou frustrada no auditório fechado do sindicato. A colaboração com o governo Kassab (seu aliado eleitoral) foi tão descarada, que ele conseguiu novamente impor uma proposta rebaixada para os servidores. Virou moda as gratificações de complemento de piso, combinadas com um índice de “reajuste” parcelado em várias prestações. Esse esquema mascara o arrocho salarial e o achatamento de salários imposto ao setor mais antigo da classe. O minguido índice de 21% , parcelado em 3 prestações, sequer cobriu as perdas acumuladas. Que dirá as futuras que virão com a retomada da inflação! Além disso, os principais problemas da categoria não foram atendidos, a exemplo do fim das férias das professoras de EMEIs e CEIs e o fechamento das salas de EJA.

Burocrata defende Kassab

Toda essa maracutaia governamental, veio como presente pelas mãos da própria burocracia e ainda, com o slogan: Kassab “amigo” dos servidores. .

Neste semestre, tudo indica que não será diferente. Na primeira reunião de Representantes de Escolas (Res) que ocorreu dia 24 de agosto a burocracia levou um economista do DIEESE e um comentarista da crise mundial. Alegou ser democrática pois estava atendendo o pedido do POR, de fazer um debate sobre conjuntura. Quanta estupidez dessa burocracia! Como ela (PPS) iniciou sua disputa eleitoral com o secretário da educação que é do PSB, tenta se posar de democrática para os trabalhadores. O problema é que não consegue usar essa falsa democracia da Câmara de Vereadores, porque há anos é extremamente burocrática e obrigada a dirigir o sindicato com mãos de ferro. Manipula a vontade as reuniões de REs. Zomba dos seus opositores covardemente. Em junho, chegou ao absurdo, de dar informes durante 3 horas e deixar 15 minutos apenas para o plenário se manifestar. Ou seja, não deixa haver nenhum debate. Dessa vez, fez a mesma coisa, com uma pequena diferença: colocou na frente para falar durante horas

Afuse

A Corrente Proletária/POR participou do Congresso do sindicato dos funcionários da educação defendendo a tese: “Unificar a classe para lutar nas ruas contra os ataques dos governos”. Estava composta de uma análise da crise mundial do capitalismo, seus efeitos no Brasil e a resposta que vem sendo protagonizada pelos explorados da Europa, do Oriente Médio e, agora do Chile. Continha nossa posição crítica sobre a política educacional governamental e a defesa do ensino público, gratuito, laico, voltado à produção social. Fazia um balanço da burocracia sindical e defendia a independência do sindicato frente ao Estado e aos governos. E, por fim, apresentava um plano de lutas assentado na defesa do emprego, do salário, dos direitos e das condições de trabalho. Publicamos abaixo, o balanço do congresso.

Balanço - XX Congresso da AFUSE – São Paulo

O XX Congresso da AFUSE realizou-se em 10,11, e 12 de agosto. A diretoria, majoritariamente petista, dirige o sindicato, há mais de 20 anos. Tem usado os congressos para arrastar os trabalhadores da educação para apoiar a política do governo federal. Neste Congresso, não foi diferente, principalmente agora numa conjuntura nacional e internacional de turbulências.

Na abertura solene do congresso, estavam presentes os deputados e vereadores do PT, o Presidente da CUT Estadual e repre-

os seus assessores, e deixou 1 minuto apenas para os inscritos do plenário.

Tudo isso, porque o tal acordo fechado no primeiro semestre ainda não foi cumprido pelo seu governo. Está sendo submetido a votação dos vereadores na Câmara, que provavelmente, sofrerá mudanças. O burocrata não teve vergonha de falar isso e ainda teve a coragem de pedir aos trabalhadores, que aguardem com paciência, esse “trâmite” enrolador. A ideia do governo bonzinho não está muito consistente para os trabalhadores. Principalmente , agora, que ele vem fazendo campanhas na mídia mentirosas sobre a qualidade do ensino e que dobrou o salário do magistério. E também vem impondo mais medidas de ataque à classe, como o novo modelo de Indicador educacional baseado em bonificação por resultados (INDIQUE) a exemplo dos demais governos privatistas.

Organizar a resistência antiburocrática

Nós poristas, mais uma vez rechaçamos esse método de submissão das reivindicações da classe ao parasitismo parlamentar. Denunciamos a colaboração das centrais sindicais com os governos diante da crise econômica. Defendemos a campanha nas ruas, pelo piso vital e das demais reivindicações. Defendemos a aliança com as demais categorias que estão e vão entrar em luta, a exemplo do magistério estadual. A burocracia esperou o esvaziamento do plenário para colocar em votação essa proposta. Mesmo assim, foi bem dividida, mostrando que a classe quer lutar.

A ausência de uma Oposição consistente no Sinpeem facilita a manipulação da burocracia, que impôs mais uma vez o seu calendário, que contará com uma assembleia em local fechado para dar a posse a nova diretoria e o congresso anual que será em outubro.

A Corrente Proletária insiste na organização de uma fração revolucionária nos municipais.

O problema está nas outras Correntes que continuam com o sectarismo divisionista, e não conseguem unificar para lutar contra a burocracia.

nários é a qualificação profissional, para poder disputar salário e emprego melhores, e ainda ter uma forma eficaz de lutar contra a política de terceirização do governo”. Concluiu: “a nossa vida é uma disputa constante” e diante da crise capitalista, propôs “devemos orar para que tudo dê certo”.

A ex-senadora petista Fátima Cleide é funcionária de escola em Rondônia (não sabemos se trabalha ainda), por isso a diretoria do sindicato (Articulação), achou que ela teria a simpatia de todos os trabalhadores da plenária. Porém, não aconteceu bem assim. O Congresso tem uma forma bastante burocratizada. Falam somente aqueles que estão na mesa. Os funcionários que são os delegados têm apenas o direito de fazer uma pergunta ao debatedor, ou uma intervenção de 3 minutos. A diretoria coloca mais de um petista na mesa, para coordenar os trabalhos. O problema é que um faltou e a ex-senadora foi obrigada a debater sozinha. Para não ter debate, a burocracia avisou que ela teria 30 minutos para analisar a conjuntura política Nacional e Internacional e que não teria tempo para ficar (devido a outro compromisso em Rondônia) e que, portanto, sobraria pouco tempo e ainda só para quatro pessoas fazerem perguntas.

Durante o debate da Conjuntura, o POR passou a cobrar da ex-senadora uma posição com relação às terceirizações. O plenário ouviu os questionamentos, mesmo que aos gritos, pois, a diretoria não permitiu outra forma. Todos começaram a questionar, porque nós que éramos delegados fomos impedidos de falar. A ex-senadora ficou constrangida. Abriu-se imediatamente a palavra para o plenário. A diretoria correu para entregar os 4 crachás. Falaram, elogiaram a ex-senadora e pediram respeito a ela por ser uma senadora da República e funcionária de escola. A choradeira foi imensa para disciplinar o plenário insatisfeito.

A burocracia se comportou como cão de guarda. Empurrou-nos, gritou nos nossos ouvidos, dizendo que nós não respeitamos os parlamentares, etc. Chegou a ser odiosa essa servidão aos parlamentares. Os trabalhadores vieram ao congresso para organizar uma política de luta ao governo, que vem atacando os empregos e salários. No entanto, se depararam com essa política de pressão ao parlamento e de participação nos fóruns criados e dirigidos pelo próprio governo.

As Resoluções da Artfuse (Articulação)

As resoluções da Artfuse são otimistas diante da crise capitalista mundial. Analisam a crise como sendo “fruto da irresponsável desregulamentação dos mercados de capitais nos países desenvolvidos e de condutas antiéticas de empresas...”. O comentário superficial da crise mundial por parte da diretoria do sindicato tem a finalidade de dizer que, nós, no Brasil, não

sofreremos com a crise, e que portanto, devemos defender o governo Dilma. Para a conjuntura nacional, o otimismo da diretoria do sindicato é tão intenso, que, depois de ler e ouvir a conclusão de sua resolução, a impressão que fica é que vivemos em um jardim suspenso. Eis a resolução: “Mesmo com a tendência de forte oposição da mídia ao governo federal, nos próximos quatro anos, a presidente Dilma tende a ter a maioria no Congresso capaz de aprovar reformas que conduzam o país a um processo mais acelerado de transformação social...” e continua “ao final de seu mandato, o Brasil sediará a Copa do Mundo de Futebol da Fifa (2014) e a cidade do Rio de Janeiro deverá ser preparada para receber as Olimpíadas de 2016, duas recentes conquistas”. O restante das resoluções no campo educacional/Sindical apesar de mostrarem os números e o aumento das terceirizações no nosso setor, avaliam de forma otimista o “avanço” da chamada “profissionalização”.

As Resoluções da Corrente Proletária

Contra o aparelhismo petista - Defendemos a Independência de Classe

Na mesa da Conjuntura, fizemos uma colocação defendendo a saída dos parlamentares como dirigentes da mesa. Que o XX Congresso deveria ter como “protagonistas” os delegados e delegadas de base, eleitos nas escolas. Que nós deveríamos construir nossa própria política, a isso chamamos de independência de classe, e que deveríamos utilizar o XX Congresso para elaborar um plano de Lutas, defendendo as nossas reivindicações básicas. Que, para isto acontecer, teríamos de ter ampla democracia sindical, ao contrário do que defendem os vereadores, deputados e senadores petistas. Que eles estavam ali para defender a política burguesa, e nos enganar com os seus inúmeros projetos de lei favoráveis a essa minoria exploradora.

Pudemos expor nossas resoluções, somente no terceiro dia, quase no final do Congresso. Defendemos no plenário, que a burguesia é obrigada, para resolver sua crise, a retirar todos os direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo da história, a intervir militarmente ou economicamente nos países com economia atrasada como o Brasil, e assim obrigarem os governos submissos a retirarem direitos, arrocharem salários e cortar gastos com serviços públicos.

Denunciamos as medidas dos governos, que impõem o salário mínimo de fome aos trabalhadores, que sacrificam a vida das massas para ajudar os empresários. Que dão subsídios às multinacionais e banqueiros, com a desculpa de geração de mais empregos. Denunciamos a colaboração das centrais sindicais e dos sindicatos com essas medidas, a medida que se negaram a organizar os trabalhadores contra essas medidas.

Londrina: donos do transporte público preparam demissão de cobradores

As empresas que exploram o transporte coletivo anunciaram dia 8 de agosto que irão retirar cobradores das linhas ociosas. Cinicamente afirmam que estes cobradores não serão demitidos, mas aproveitados em outras funções. Tudo mentira! Na semana passada, demitiram quatro cobradores numa tacada só. Isso depois da decisão de uma assembleia dos trabalhadores que deliberou a realização de greve caso algum co-

brador fosse demitido.

O sindicato – dirigido por um pelego que está no comando do sindicato há décadas – faz de conta que se opõe às demissões. Diante da pressão da base convocou até assembleia, a que deliberou pela paralisação caso viessem as demissões. Quando os primeiros quatro cobradores foram demitidos, numa franca atitude de provocação por parte da patronal, o presidente do

sindicato se fez de besta e “ameaçou” que o sindicato iria controlar se há ônibus saindo sem cobrador, mas, quanto à decisão de chamar à greve, nada mais se falou.

É claro que não chamará à greve! Esse mesmo pelego foi quem assinou um acordo em 2006 com os patrões e o então prefeito do PT Nedson Micheleti prevendo já a extinção da função dos cobradores por conta da instalação das catracas eletrônicas. Quem “denunciou” este acordo foi o prefeito atual do município, claro que para lavar as próprias mãos. Este Pilatos já autorizou outros reajustes leoninos em favor dos donos das linhas e certamente não se colocará em defesa dos empregos dos cobradores. Disse estar “aberto a negociações” enquanto os patrões em conluio com o sindicato preparam o facão.

Comitê pelo Passe-Livre organiza protesto contra as demissões

Diante deste ataque, o *Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo* tomou a iniciativa de denunciar à população e chamar a se juntar aos trabalhadores na luta pelos seus empregos. Divulgou um manifesto em que se explica a verdadeira finalidade da extinção dos cobradores e a consequente deterioração do serviço. Esta panfletagem foi reprimida pela segurança da Prefeitura que confiscou os mani-

Rondônia

Ganhar o DCE da UNIR para a luta estudantil

A atual gestão do DCE está nas mãos dos estalinistas PCdoB, do PT e dos chamados “independentes”. Vivem de braços dados com a burocracia da universidade e, por isso, não erguem uma palha em favor dos estudantes.

Os problemas estudantis vêm se arrastando há décadas e se aprofundam com o processo de privatização do ensino superior. Destacam-se: a falta de professores nos diversos cursos, a implantação da precarização do ensino por meio da contratação de professores substitutos, falta da moradia estudantil, de restaurante universitário, de laboratórios, etc. Estes problemas se agravaram com o gerenciamento paralelo da universidade pela Fundação Riomar, que abrigou um punhado de burocratas sedentos pelas vantagens da mercantilização do ensino.

O que fazem os burocratas que dirigem o DCE?

Nada que se converta em benefícios para os estudantes. Pelo contrário, fecham os olhos, dão as costas para a luta e se indispõem com os estudantes que os rebatem. Limitam-se a cuidar da confecção de carteirinhas vinculadas à UNE e encaminhar as ações no âmbito da justiça burguesa. A sala que abriga o DCE vive fechada. Além das denúncias de corrupção dos burocratas da reitoria, há também denúncias de vários estudantes envolvidos no desvio de dinheiro das carteirinhas. Há muito que essa direção deixou de convocar as assembleias estudantis para decidir os rumos do movimento. Como se vê, o DCE é uma casca vazia para os estudantes e um instrumento valioso para os burocratas da universidade. Isso porque não trabalha pela organização e luta dos estudantes por suas reivindicações.

Por um congresso estudantil extraordinário

A Corrente Proletária Estudantil (CPE) atua no movimen-

festos e ainda ameaçou prender os manifestantes.

Em resposta, o Comitê chamou a ampliar o movimento de denúncia e realizou uma manifestação no dia 24 de agosto na saída do terminal central, distribuindo panfletos, exibindo faixas e cartazes e chamando a população e os trabalhadores do transporte a se juntarem na luta contra as demissões. O protesto reuniu estudantes e muitos passageiros que passavam se somaram e até denunciaram situações de risco à integridade dos passageiros que já estão acontecendo nas linhas sem cobradores.

Motoristas e cobradores foram receptivos à manifestação e à denuncia, embora tivessem que disfarçar pela ostensiva e ameaçadora presença de policiais, guardas municipais, gerentes, seguranças privados, etc. Mas todos eles sabem que o seu sindicato é um sindicato atrelado à política dos patrões e que sempre tentou colocar os trabalhadores contra a população.

O Comitê tem a possibilidade de unir os motoristas e cobradores enfrentados objetivamente aos tubarões do transporte com os usuários dos ônibus e com a juventude, ampliando a mobilização. Desde que se iniciou a ameaça do fim da função de cobrador, o Comitê tem empunhado a defesa do emprego dos cobradores, junto com suas bandeiras principais: Salário Mínimo Vital; estatização do transporte sem indenização, sob controle operário; passe livre para desempregados e estudantes!

to estudantil universitário conclamando os estudantes para se organizarem em defesa da independência dos organismos estudantis frente à burocracia acadêmica e em defesa das reivindicações. Entre elas, o ensino público, gratuito, laico e voltado à produção social.

Diante da situação em que se encontra a universidade, a CPE trabalha pela convocação de um congresso estudantil extraordinário, convocado massivamente em todos os campi e regido pela democracia operária. O objetivo é avaliar os planos privatistas que vêm sendo impostos na universidade, o Plano Nacional de Educação (PNE) e a política das direções estudantis. Assim, aprovar uma plataforma de lutas, assentada nos métodos da ação direta.

Sabemos que a mercantilização do ensino vem fortalecendo as Fundações de caráter privatizante. A reforma universitária, que vem sendo implementada por meio de projetos de Lei e do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), tem a finalidade de estimular a expansão do ensino mercantil em detrimento do ensino público. O PDE privilegia os grandes empresários da educação com o aumento de número de bolsas do Prouni. Com uma fachada assistencialista para os estudantes pobres, o governo “compra” as vagas ociosas nas universidades particulares, ao invés de investir na universidade pública.

A UNIR vivencia esse processo. Estimula o assistencialismo no interior da universidade com as bolsas de alimentação e de auxílio moradia, obscurecendo a necessidade de construção de restaurantes e moradias universitárias. A real democratização e a autonomia da universidade só serão concretizadas com seu controle por aqueles que nela estudam e trabalham.

Daí a importância da organização estudantil. Um primeiro passo, é a exigência de convocação de um congresso extraordinário.

A jornada de lutas da CSP-conlutas não cumpriu seu objetivo

No RN a Jornada de Lutas expressou unicamente o existismo da Central Sindical no estado. As plenárias de organização das atividades de luta não contava com a participação dos trabalhadores de base ou movimento estudantil. Mas todos garantiam estarem trabalhando para o dia 19 que era a data de uma grande manifestação no estado.

O divisionismo no estado entre o PSTU e seus ex-militantes, hoje a maioria no PSOL, deixou claro a política de boicote feito pelos dois grupos que dirigem sindicatos e que nada fizeram para ampliar a participação dos trabalhadores nas atividades. Informavam que, na manifestação, contaríamos com a presença do MST, dirigido pelo PT, e do MLB (Movimento de Luta nos Bairros) burocraticamente dirigido pelo PCR. Em nenhuma das plenárias vimos estas direções presentes, o que nos levava ao entendimento que estes não participariam massivamente como afirmavam, o que se confirmou posteriormente. Um outro movimento que a CSP-Conlutas dizia estar participando era o “Fora Micarla”, também dirigido pelo PT e que hoje o PSTU pretende se colocar como vanguarda da luta.

Tentando justificar a não participação dos trabalhadores o PSTU “incorporou” na jornada de luta a paralisação do dia 16 chamada pela CNTE, justificando como sendo mais uma atividade organizada pelas regionais e núcleos dirigidos por eles. Qual o problema dessa política? Primeiro que nas regionais onde foi aprovado alguma manifestação esta saiu mais como uma exigência dos trabalhadores de base que, sufocados pela política dos prefeitos, propuseram manifestações em seus municípios. Na mesma data foi organizado uma discussão sobre o PNE e os 10% do PIB já.

O POR trabalhou pela organização do movimento

O POR participou de todas as plenárias de organização da jornada de luta e em nenhum momento foi proposto a

participação na programação de debates. Pouco antes de iniciar o debate do PNE, foi oferecido um espaço para o POR que prontamente aceitou. Nossa intervenção foi pautada na denúncia do PNE do governo que expressava o avanço da privatização do ensino, na necessidade de ampliarmos uma campanha contra a privatização do ensino superior que hoje já alcança um patamar de 90% e que, portanto, o movimento deveria abraçar uma campanha pela expropriação sem indenização, de toda rede privada de ensino.

Diante dessa defesa o centrismo foi contrário à bandeira, por entender que “o que dialoga mais próximo com a população é sim os 10% do PIB já”. Se apoiando nesta tese desviou toda sua intervenção, tratando o POR como seu maior inimigo, tentando desqualificar a nossa política a ponto de um de seus dirigentes afirmar que o grande problema do POR era que só defendia a revolução e que nenhuma política intermediária existia para nós. Respondemos não sermos contrários a nenhuma bandeira de mais verbas para a educação pública, no entanto, não poderíamos camuflar o debate não denunciando a privatização ou a política do governo Dilma/PT. Qualquer discussão que esconda ou não deixe claro a necessidade de uma luta pela destruição do ensino privado não é coerente com a bandeira de defesa do ensino público e gratuito. A sobrevivência de um depende da derrubada do outro.

O debate do dia 18

No dia 18, a continuidade da programação contou com um debate na UFRN de lançamento da campanha pelos 10% com Amanda Gurgel. Intervimos no mesmo norte e novamente sentimos falta da presença do movimento estudantil, onde apenas algumas turmas foram negociadas com a professora e que ao assinar a presen-

ça muitos se retiraram. Entendemos como interesse principal do PSTU a propagação e divulgação da imagem da professora Amanda, que se transformou numa estrela que, rodeada de seus assessores e fotógrafos, chega com seu discurso repetido (o mesmo tão divulgado no vídeo). Novamente, nem mencionou na política privatista do governo, mas unicamente a defesa dos 10% o que expressaria uma grande mudança na educação. Ao se apropriar de uma bandeira anteriormente do PT (os 10% do PIB), o PSTU em nenhum momento relacionou a crise econômica com a crise na educação, concluindo ser essa uma necessidade unicamente de recursos. A burocracia petista presente denunciou que esta bandeira é histórica dos reformistas, e que os centristas não estariam fazendo nada de novo.

Ato do dia 19

A atividade de rua expressou claramente o existismo da CSP-Conlutas. Um ato esvaziado que contou com a participação de pouco mais de 70 pessoas, onde destas 40 eram estudantes de um curso da UFRN, que foi o que possibilitou sairmos em um pequeno trajeto no centro de Natal.

Para o POR o fracasso do movimento é o resultado da política sectária e aparelhista do PSTU que nacionalmente divide a luta e que não se dispõe a organizar um movimento contra a burocracia traidora e governista. Limita-se unicamente aos jargões de que a burocracia se vendeu a partir do governo Lula. Essa divisão traz prejuízo para o movimento pois este é o momento de levantarmos nossas bandeiras pela independência do movimento frente aos patrões, de construirmos uma fração revolucionária no interior dos sindicatos para assim avançarmos na luta do proletariado contra a burocracia reformista que hoje freia a luta e concilia com burguesia.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Nesta edição:

- Governo de Piñera mata estudante em luta
- Toneladas de bombas e milhares de mortos sob a ação criminosa da Otan em nome da paz, da liberdade e da democracia
- Crise mundial: recessão e as políticas adotadas
- Argentina: Por meio das eleições e das legislaturas não resolveremos nossas necessidades

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
 pela Reconstrução
 da IV Internacional**



Chile:

Governo de Piñera mata estudante em luta

A brutal repressão com que o governo de Sebastián Piñera vem enfrentando as manifestações estudantis culminou no fuzilamento de Manuel Gutierrez, de 14 anos. Um tiro no peito apagou o grito de defesa do ensino público. Mas a bandeira do movimento, manchada de sangue, tremula mais alto nos punhos da multidão que toma as ruas de Santiago.

As massas jovens se chocam com o Estado e com as instituições legadas pela ditadura de Pinochet. A reivindicação democrática do direito ao ensino estatal gratuito não cabe na ordem da burguesia chilena e de seus poderes. Piñera, a polícia e os militares sabem que a mobilização estudantil, massiva, vigorosa e persistente, reata o fio das lutas sociais rompido pelo sangrento golpe militar pinochetista.

Chile foi apresentado até pouco tempo como exemplo de êxito neoliberal, implantado pelos governos da “abertura democrática”. O antecedente dessa diretriz se encontra nas medidas da ditadura militar. A ampla privatização e abertura para o capital imperialista, promovidas durante 16 anos pelo regime ditatorial, foram propagandeadas como soluções modernizantes da economia. Sob baionetas e vigilância diuturna, o proletariado, os camponeses e a juventude refluíram e arcaram com as medidas privatizantes, antipopulares e antinacionais.

Os governos eleitos, com o fim da ditadura em 1989, mantiveram essa política econômica, assinando um acordo de livre-comércio com os Estados Unidos.

A burguesia norte-americana, que patrocinou o golpe de 11 de setembro de 1973, procurou impor em toda a América Latina o “modelo” chileno. Os governos da Concertación, constituído

pela aliança dos social-democratas e social-cristãos, portanto, mantiveram o Chile sob as rédeas do imperialismo. Para isso, exploraram a transição e as ilusões democráticas da população. Acabaram cedendo o poder, por essa via, à coligação direitista, dando vitória a Piñera. Sob o último governo social-democrata de Michelle Bachelet, os secundaristas tomaram as ruas contra a educação privatista. Foram duramente reprimidos. Agora, o movimento retoma com mais força e conflui com o descontentamento generalizado dos trabalhadores.

A greve geral convocada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) exprimiu a disposição de luta disseminada entre a população. A morte de Manuel Gutierrez revela o enorme precipício que separa as massas exploradas do governo e das instituições pinochetistas ainda vigentes. Trata-se do desencadeamento da luta de classes na situação de crise mundial do capitalismo, da qual o Chile não teve e não tem como se esquivar.

O avanço do movimento da juventude chilena e as manifestações operárias e populares que despontam alertam para a necessidade dos explorados latino-americanos se unirem na luta antiimperialista e anticapitalista.

No Brasil, denunciamos o assassinato de Gutierrez, trabalhamos pela vitória do movimento e defendemos que as massas chilenas constituam um Tribunal Popular para punir os responsáveis pelo crime e combater o governo de Piñera.

Pelo atendimento imediato das reivindicações da juventude e do movimento sindical!

Pela punição aos assassinos de Gutierrez!

Chile

Protestos por ensino público e gratuito chocam-se com política educacional de Pinochet a Piñera

Os estudantes chilenos há mais de três meses ocupam as universidades, escolas e ruas em manifestações multitudinárias pela estatização do sistema educativo. A bandeira democrática de educação pública e gratuita ao ser empunhada pela juventude enfrenta-se com mais de 30 anos de políticas de privatização e desnacionalização do ensino. Além disso, é um enfrentamento com as orientações do imperialismo para

a educação, que expressam o domínio do capital financeiro. Além das marchas, que já chegaram a concentrar 400 mil pessoas, há 45 jovens em greve de fome e a cada dia mais setores saem às ruas por suas reivindicações, a exemplo da greve geral dos dias 24 a 25 de agosto, por mudanças nas leis trabalhistas e sindicais (também criadas na última ditadura militar). Unem-se nas ruas mineiros, funcionários públicos, aposentados, am-

Declaração do Comitê de Enlace

Pela vitória da luta estudantil chilena! É hora de avançar e lutar pela expropriação de todo o sistema privado de educação

O movimento estudantil chileno está nas ruas em choque contra a herança do regime de Pinochet que, na educação, conseguiu impor a destruição da escola pública e gratuita, cerceando um direito democrático da juventude e do povo chileno.

Faz três meses que uma onda de protestos tomou conta das ruas chilenas exigindo a reestatização das universidades públicas, cujos cursos chegam a custar até US\$ 8,500.00 anuais. Retomam os combates da “Rebelião dos Pinguins” de 2006, mas a diferença é que agora a mobilização estudantil conseguiu reunir outros setores populares. A massividade combina-se com métodos radicalizados de protesto, abrindo-se a perspectiva de derrotar o governo. O governo respondeu com uma brutal repressão, prendendo quase mil pessoas e há centenas de feridos. A repressão se fundamentou no decreto de Pinochet que exige que as mobilizações sejam previamente autorizadas.

O fenômeno da privatização não é exclusivo do Chile. É parte da política geral da burguesia para a educação, imposta pelos organismos do imperialismo, expressando a decadência do capitalismo. A destruição da educação pública e o florescimento da educação privada são duas caras da mesma moeda.

Desde 1990 até 2010, o governo de Concertação que juntou socialistas, democratas cristãos e liberais, manteve a mesma orientação para a educação, do mesmo modo que o governo direitistas de Sebastián Piñera.

A mercantilização da educação responde aos interesses do imperialismo, principalmente expressa o domínio do capital financeiro.

A destruição da autonomia universitária não pode significar outra coisa que o predomínio dos interesses dos grandes grupos econômicos. Neste combate pelo direito democrático à educação, é fundamental que o movimento estudantil mantenha a independência em relação à burocracia universitária e à

burguesia, constituindo uma aliança com a classe operária sob o seu programa, que inclui a defesa da autonomia e o poder estudantil.

Por isso, declaramos que, para o movimento estudantil chileno conseguir a vitória e derrotar a política imperialista de privatização, é necessário que intervenha a classe operária com seus próprios métodos, para quebrar a decisão do governo disposto a sustentar firmemente sua política. Está em jogo uma reivindicação que afeta os mais amplos setores populares.

A melhor forma de demonstrar a solidariedade por parte da juventude latino-americana é desenvolvendo uma poderosa campanha internacional de apoio e de luta em nossos países pela expropriação de todo o sistema privado e a criação de um único sistema público de educação, gratuito, laico e baseado na unidade entre teoria e prática da produção social.

À burguesia e ao imperialismo em sua etapa de decomposição já não interessam mais a universalização da educação. Renunciaram a esta tarefa e atacam sistematicamente a escola pública e gratuita. Está nas mãos do proletariado, agora, a tarefa de defender o sistema único e a expropriação da rede privada.

Os estudantes devemos nos organizar com o programa da classe operária - defender a educação é uma luta contra a burguesia e seu Estado.

A vitória da luta estudantil chilena abrirá caminho para o fortalecimento do movimento estudantil latino-americano pela liquidação do sistema privado de educação.

VIVA A EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA PARA TODOS!

VIVA A UNIDADE DA JUVENTUDE REVOLUCIONÁRIA DE AMÉRICA LATINA!

Cochabamba, 14 de Agosto 2011

Declaração do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional (CE) Intervenção imperialista possibilita a derrubada do governo Kadafi Toneladas de bombas e milhares de mortos sob a ação criminosa da Otan em nome da paz, da liberdade e da democracia

As informações são de que as forças opositoras tomaram conta da última trincheira de Kadafi. Trípoli foi cercada e rapidamente invadida, sem que o governo fosse capaz de resistir militar e politicamente. A população não saiu em defesa do regime. As notícias foram que partidários da oposição, que se armou desde o levante de Benghazi, transformaram a Praça Verde em local de manifestação de apoio à derrubada da ditadura de Kadafi. A tentativa do governo de abrir os arsenais, segundo informações, fracassou. Trípoli não se mostrou disposta

a se levantar contra as forças ocupantes que se arremessaram em último assalto para derrubar o governo.

Embora não se tenha, nesse segundo dia de avanço sobre Trípoli, a confirmação do paradeiro de Kadafi e das possibilidades de resistência de seus partidários, tudo indica que o regime chegou ao fim.

A vitória do levante, que teve início em fevereiro, somente se tornou possível com a intervenção do imperialismo. A guerra civil demonstrou a incapacidade militar da oposição do

Leste. Já estava acuada em Benghazi e praticamente esmagada quando os aviões da coligação Estados Unidos, França e Inglaterra começaram os bombardeios.

O exército líbio não teve como esboçar qualquer reação diante da máquina de guerra do imperialismo, que, por um acordo entre as potências, passou para a responsabilidade da Otan. Os bombardeios destruíram a capacidade ofensiva de Kadafi. As Forças Armadas aniquiladas foram perdendo, conseqüentemente, a capacidade defensiva.

Os avanços e recuos dos opositores nesses quase seis meses de confrontos permitiram ao imperialismo impor suas condições. Os aviões inatacáveis destruiriam as linhas de defesa do regime e aterrorizariam Trípoli com seus bombardeios, mas as forças opositoras deveriam seguir os ditames dos Estados Unidos e seus aliados.

Econômico e financeiramente, o Estado líbio foi sufocado. Impôs-se o completo isolamento do País. Armas, treinamentos militares e recursos chegaram às mãos do Conselho Nacional de Transição (CNT). Uma vez evidenciado que os insurretos não contavam com o levante generalizado das massas líbias, principalmente na capital, e que não obtiveram potencialidade militar, a ação do imperialismo foi a de destruir paulatinamente o poderio de Kadafi.

Os bombardeios e a impotência das Forças Armadas líbias minaram moral e politicamente o regime. A ameaça de armar a população nas cidades controladas pelo governo para resistir ao avanço das forças apoiadas pelo imperialismo não passou de gesto teatral. O ditador alimentou a ilusão em uma saída negociada com as potências. Momento em que evidenciou sua fraqueza e anunciou sua inevitável queda.

O destino de Kadafi se concentrou nas mãos dos Estados Unidos e aliados. Por sua vez, o destino da oposição não foi distinto. A derrocada do regime despótico, portanto, não está se dando por obra das massas oprimidas, que, como no caso de Trípoli, permaneceram à margem. É preciso ter claro que o levante da semana de 16/2 a 23/2 em Benghazi expressou a latente revolta popular contra a ditadura da família e do clã de Muamar Kadafi. Ao não se generalizar por todo o País, impossibilitou que a guerra civil aberta no Leste se desenvolvesse no Oeste.

A revolução de cunho democrático-burguês não teve como avançar e triunfar baseada em uma insurreição popular. O isolamento de Benghazi pelo governo indicou que as condições sociais e políticas não estavam amadurecidas para a derrubada da ditadura pela força das massas. Sem a intervenção do imperialismo, a probabilidade era de uma vitória momentânea do ditador. Os insurretos armados chegaram a anunciar a intenção de organizar-se na forma de guerrilha. Tudo indicava que o esmagamento da insurgência de Benghazi, quase um mês depois de sua eclosão, não evitaria o declínio da ditadura, que não mais contava com o apoio generalizado da população e que por sua política de aproximação com as potências e que pela visível corrupção já não podia oferecer ao País senão o saque imperialista das riquezas petrolíferas e a pobreza aos explorados.

O problema fundamental está em que o levante de Benghazi não esteve sob uma direção revolucionária, portanto, proletária. Os componentes burgueses e, sobretudo, pequeno-

burgueses sequer tinham um programa democrático radical, que como tal não se voltaria tão somente contra o regime despótico mas também contra a sua política pró-imperialista. O Kadafi nacionalista e populista era fenômeno do passado. Sua ditadura se encontrava completamente divorciada dos líbios e voltada aos interesses exclusivos de camarilhas. Assim, torna-se um instrumento das potências, interessadas no petróleo. Sem a direção revolucionária, cujos fundamentos são o marxismo-leninismo-trotskismo, a direção pequeno-burguesa estava fadada a capitular diante das ofertas do imperialismo.

É imprescindível que se diga que o CNT se constituiu como um canal da política da ONU e intervenção militar das potências. Ao invés de recorrer à guerrilha e assumir a derrota momentânea com a queda de Benghazi, agarrou-se ao intervencionismo imperialista. Está aí por que não se pode afirmar que o regime de Kadafi está prestes a ser liquidado pelas forças da insurreição Líbia. Absolutamente, não! Sarkozy é quem, lá da França, exige a rendição de Kadafi. Obama é quem reconhece o CNT. Os líderes da oposição não fazem senão cumprir as diretrizes dos governos das potências.

O imperialismo passou a ter o controle das forças rebeldes desde o momento em que edificaram o CNT como núcleo do futuro governo e utilizou seu poderio militar e econômico para desmoronar o governo de Kadafi.

Um dos fundamentos essenciais da revolução é garantir a autodeterminação da nação oprimida. O que não ocorreu e não ocorre. Kadafi, por sua vez, não pôde levantar a bandeira da autodeterminação da Líbia e ganhar as massas para a resistência antiimperialista porque já não expressava os interesses nacionais e porque já havia demonstrado fartamente seu conluio com governos das potências e com as multinacionais.

As correntes de esquerda que festejam a derrocada de Kadafi, em nome de uma revolução democrática e popular, falseiam o papel fundamental da intervenção imperialista. Os nacionalistas e estalinistas que reclamam da ação prepotente da Otan, sem mostrar que o regime de Kadafi servia ao imperialismo, não fazem senão defender a ditadura decadente.

A defesa da autodeterminação da Líbia não tem como conteúdo a sustentação da ditadura pró-imperialista que caiu em desgraça. Ao contrário, tem por conteúdo a luta antiimperialista das massas oprimidas para não somente se livrar do regime despótico como estabelecer um governo das massas oprimidas, portanto, um governo operário e camponês que expresse a ditadura do proletariado contra a oligarquia Líbia e o imperialismo.

Os marxistas internacionalistas estão obrigados a condenar a derrubada do governo Kadafi por meio da intervenção imperialista. E rechaçar a colaboração das forças opositoras com as potências colonialistas. A intervenção imperialista é uma característica da fase atual de crise profunda do capitalismo que afeta as grandes potências. Era e é evidente que a guerra não teve um fim humanitário, mas objetivou e objetiva dar às potências poderes sobre os recursos petrolíferos da Líbia. Sob a tutela do imperialismo, não haverá nem democracia, nem liberdade - o imperialismo deve ser expulso!

Fora o imperialismo da Líbia!

Pela autodeterminação da nação oprimida!

Imperialismo destrói o governo de Muamar Kadafi

Os combates pela tomada de Trípoli não cessaram. Kadafi convoca a população a expulsar “os ratos”. Destruição e cadáveres retratam o resultado de seis meses da guerra civil, iniciada em Benghazi. O assalto à capital da Líbia constitui o seu ato final.

O movimento rebelde que estava para ser derrotado ressurge como vencedor. Esse feito militar não é consequência de uma insurreição popular em todo o País. Deve-se à resolução da ONU que autorizou as potências intervirem com a Força Aérea e a Marinha. Os bombardeios, inicialmente, estiveram a cargo dos Estados Unidos, França e Inglaterra. Em seguida, a tarefa foi transferida para a máquina de guerra da Otan.

A resolução da ONU e a sua concretização constituem uma bárbara violação do direito de autodeterminação da Líbia. O Conselho Nacional de Transição (CNT) que já se encontra em Trípoli para impor o novo poder somente foi possível existir com o patrocínio das potências. Não se trata de um comando de uma revolução, mas sim de um instrumento da burguesia imperialista.

No momento em que os insurretos de Benghazi admitiram a intervenção externa, a possibilidade de uma revolução democrática, portanto, voltada a derrubar a ditadura da família Kadafi, se desnaturou e se desfez. Não se tem como desligar as armas empunhadas pelos revoltosos das armas dos colonialistas. Não se tem como separar a política do CNT da política da burguesia internacional rapina. Aqueles que desconhecem a transformação do levante revolucionário de Benghazi em movimento de intervenção das potências violam a realidade.

A aliança que comandou aos ataques da Otan não apenas destruiu as Forças Armadas da Líbia como também armou os rebeldes. A derrocada do regime de Kadafi se deve à intervenção forânea. Os acontecimentos da crise revolucionária demonstram que o levante de Benghazi não ganhou força por si próprio para erguer as massas em Trípoli. Portanto, não haveria como triunfar a revolta com capacidade própria emergida das massas.

Evidentemente, não se tratou de uma intervenção do imperialismo, como a ocorrida no Afeganistão e Iraque. Os Estados Unidos e seus aliados se valeram da divisão interna do País para agir sobre uma guerra civil que apenas começava e cujo desfecho era incerto. O fato de não se terem enviado tropas estrangeiras por terra não modifica o essencial: a Líbia foi colocada sob intervenção militar do imperialismo.

A revolução em um país semicolonial tem como ponto de partida a conquista da libertação nacional e da autodeterminação. O que não ocorre na Líbia. As forças que se insurgiram pela derrubada do governo autocrático expressaram o profundo descontentamento da população Líbia e o esgotamento do regime que a oprime. Mas não expressaram o programa da autodeterminação e da libertação nacional.

É mais do que conhecida que a ditadura que nasceu nacionalista se transformou em pró-imperialista. Pode parecer contraditório o fato das potências agirem contra Kadafi, quando seu governo se encontrava no auge das negociações com a burguesia europeia. Ocorre que se tratava de um regime envelhecido e pouco confiável para os interesses das potências.

Os levantes na Tunísia e no Egito, que concluíram com a destituição dos ditadores, mostraram aos Estados Unidos a necessidade de canalizar as revoltas por meio de uma reordenação do poder e das frações burguesas. O pior que poderia ocorrer, para as potências, seria os levantes populares se colocarem no campo da luta antiimperialista pela libertação nacional. A intervenção na Líbia, além dos interesses pelos poços de petróleo, responde à ofensiva estratégica do imperialismo no Norte da África e Oriente Médio. Está aí por que os marxistas rechaçam a derrubada do ditador Kadafi pelas armas da reação mundial burguesa.

As contradições que compõem na crise revolucionária e na intervenção externa não obscurecem o fundamental da dominação imperialista. Trata-se de combater as operações militares da Otan e o colaboracionismo da CNT. Está claro que o regime de Kadafi foi incapaz de armar a população para reagir às armas do imperialismo. Não o fez porque não contava com o apoio ativo das massas de Trípoli e de outras cidades aliadas. Ou, provavelmente, por temer o armamento da população.

Não se pode compreender em toda sua extensão a crise revolucionária na Líbia, bem como, em todas as revoltas do Norte África e Oriente Médio, se não se parte da ausência dos partidos revolucionários e da crise de direção que se abateu sobre o mundo com a degenerescência estalinista da ex-União Soviética e destruição da III Internacional. O Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional, em sua Declaração, se coloca pela expulsão do imperialismo e autodeterminação da Líbia.



Rebeldes tomam sede do governo Kadafi, enquanto seu filho esboça uma resistência que não se sustenta

Síria sob a pressão dos levantes do Norte da África

A onda de levantes que tomou conta do continente africano e Oriente Médio, começando pela Tunísia, passando pelo Egito, Líbia, Iêmen, Jordânia, Bahrein e Síria contra os regimes ditatoriais e por melhores condições de vida ainda não chegaram a seu fim. Derrubou os governos da Tunísia e Egito, mas mantêm-se no Iêmen, Bahrein e Síria. Na Líbia, o movimento deu lugar a uma guerra civil, desnaturada pelo intervencionismo imperialista.

Nos cinco meses de conflito na Síria já são mais de 2200 mortos, entre civis e membros das forças de segurança, além de um número desconhecido de prisioneiros. O governo de Bashar Al Assad, no poder há 10 anos e sua família há 41 anos, age violentamente contra as forças de oposição.

As manifestações tiveram início em março, motivadas pela exigência de libertação de presos em Damasco. A partir daí, espalharam-se por várias cidades sírias, agora com a reivindicação de abertura política e fim do regime ditatorial imposto por Assad.

Posição do imperialismo em crise

Os países imperialistas, desde o início dos conflitos, clamam a fim da violência contra os manifestantes com aprovação no Conselho de Segurança da ONU, fazem pressão com sanções econômicas e exigem a renúncia de Bashar Assad.

O texto aprovado pelos países membros do Conselho de Segurança da ONU mostra uma prática incomum do imperialismo, ou seja, aconselhar. O texto diz: "...as extensas violações dos direitos humanos e o uso da força contra civis pelas autoridades sírias" e completa o conselho "um imediato fim para a violência e exorta as partes envolvidas a agirem com cautela e evitem reprises, incluindo ataques contra instituições do Estado sírio". O que está por trás do intervencionismo conselheiro é a profunda crise econômica que envolve a economia desses países. Há uma divisão na política do imperialismo em torno dos gastos de uma guerra longa e cara (a do Iraque consumiu US\$1 trilhão), em um momento tão crítico de suas economias. Desde quando o imperialismo se preocupou com direitos humanos, violência, uso da força excessiva? Vale lembrar que a Síria foi relacionada por Bush entre os países do "Eixo do Mal". Sendo assim, há todo interesse de que a Síria se transforme em uma democracia ocidental, com abertura aos negócios para a burguesia internacional.

A divisão interburguesa tem sua importância, mas é preciso apontar que há outros elementos determinantes para a intervenção. É preciso conquistar a unidade dos governos dos países árabes, ou pelo menos sua omissão. É preciso conquistar uma base de apoio sólida entre as forças opositoras. E a recente intervenção na Líbia já ocupa a atenção do intervencionismo e dificulta uma nova intervenção imediata, que poderá ocorrer no futuro, caso o imperialismo consiga superar essas dificuldades.

Dinastia Assad

A Síria se caracteriza por ser um país de economia atrasada, exportadora de produtos primários, como petróleo, gás,

fosfato, minério de ferro e produtos agrícolas. Foi domínio do imperialismo francês e britânico até 1946, quando obteve sua independência no pós-guerra. O primeiro governo foi deposto por um golpe militar em 1949 e um novo governo constitucional é instituído em 1954. Cresce a partir daí a influência do partido Baath. Em 1970, Hafez Assad assume a presidência, perpetuando a dinastia Assad no poder.

A cúpula do partido Baath é controlada pela minoria alauita, sendo que a maioria da população síria é sunita. O controle alauita da Síria seu deu em função da formação do exército durante a ocupação francesa, pois foi base de sua formação. Sendo assim, quando do processo de independência, eram os mais preparados para ocupar o poder.

Durante esses anos, o regime ditatorial da dinastia Assad se sustentou pela fidelidade oriunda da família, que ocupa os principais postos no Estado sírio; pelo controle absoluto do Exército, onde os militares de alta patente e os comandantes da segurança são alauitas e, por último, as classes que são privilegiadas pelo regime. Desta forma, a possibilidade de haver uma guerra civil na Síria não está descartada, mas as dificuldades são maiores. Essa minoria tem muito a perder com uma traição ao governo, pois é parte integrante do regime.

As experiências do levante árabe e a construção do Partido Revolucionário

As manifestações contra o governo da Síria por melhores condições de vida, simbolizada pela reivindicação de abertura política, é uma resposta das massas aos longos anos de ditadura. Apresenta uma disposição de luta, apesar da truculência do governo. É protagonizada pela juventude pobre síria, sem armamento e sem um partido que expresse suas reivindicações elementares. É parte dos levantes que ainda não se concluíram. No entanto, é preciso aprender com as lições ainda frescas dos combates das massas. Mais de seis meses se passaram e nenhuma alteração significativa se deu nos países que derrubaram os governos ditatoriais. As promessas de melhorias de condições de vida da maioria continuam pendentes, tanto no Egito, quanto na Tunísia.

Isso se explica porque os limites impostos pelas direções do movimento e pela intervenção imperialista tinham como objetivo conter a fúria das massas e preservar os interesses da minoria nacional e da burguesia internacional. As promessas de reforma são formas de iludir os explorados e perpetuar os exploradores no poder.

Dizíamos da necessidade de se construir uma direção revolucionária, dirigida pela classe operária e com um programa que se chocasse com os interesses da minoria exploradora. A Síria também passará por esse processo histórico. A sustentação do regime à base de chacinas e inviável. A disposição de luta de parte da população indica e a resistência heróica aos ferozes ataques militares indicam que a Síria atravessa uma crise revolucionária. Com a destruição do poder de Kadafi, na Líbia, o imperialismo se anima a apertar o cerco contra a Síria. A bandeira de abaixo o regime ditatorial de Assad deve ser sustentado pela defesa da autodeterminação da Síria.

Crise mundial: recessão e as políticas adotadas

Nem bem Congresso e Casa Branca entraram em um acordo sobre teto da dívida pública dos EUA, veio à baila a tese de que a economia norte-americana tende à recessão. Unida a essa tendência, vem o colapso financeiro dos países da zona do Euro e o longo período de estagnação da economia japonesa. Pelo menos 2/3 do PIB mundial estão comprometidos com essa nova etapa da crise.

Dois trimestres com indicadores negativos

Os dados lançados por empresas e governos nunca são totalmente confiáveis. Vez ou outra, refazem-se os dados, revisando as estimativas apresentadas. O certo é que as informações, atualmente divulgadas, mostram uma piora da situação econômica na principal economia do planeta: os EUA.

Quanto ao desemprego, os atuais 9,1% indicam que o consumo interno continuará baixo. Mesmo que tenha havido um crescimento de contratações no último trimestre superior ao previsto (117 mil contra os 85 mil projetados anteriormente), isso não evidencia que está havendo um recuperação dos setores produtivos. A construção civil contratou 8 mil, mas demitiu 5 mil, nesse período. Conforme a agência Reuters, pelo nono mês seguido, os governos têm demitido; só em julho esse número chegou a 37 mil novos desempregados. Alguns Estados, como o de Minnesota, inclusive, deixaram milhares sem salário no último mês. O dado mais contundente, no entanto, é obscurecido pelos percentuais: de dezembro de 2007 a julho de 2011, quase 9 milhões de americanos perderam o emprego ante os cerca de 1,8 milhão que conseguiram novas contratações desde então.

O baixo crescimento do PIB também conduz à conclusão pessimista: 0,4% no primeiro trimestre e 1,3% no segundo trimestre. É bom lembrar que, em abril, os dados indicavam que o crescimento no primeiro trimestre havia sido de 1,9%, quando foram revistos para os atuais 0,4% em julho; nada impede que o percentual real seja menor do que o anunciado e que a estimativa de crescimento de 2,7% para 2011 caia ainda mais, nos próximos meses.

Logo, são inexpressivas as informações quanto ao reaquecimento da economia enquanto se multiplicam os dados sobre as tendências desintegradoras: cortes de gastos no chamado “orçamento doméstico”, emissão de mais títulos para aumentar a dívida pública, e aumento do déficit pela menor arrecadação dos estados e municípios, desequilíbrios na balança comercial (até maio, a diferença entre exportação e importação já somava 522,455 bilhões de dólares).

Recessão toma corpo em situação pior

O período entre o quarto trimestre de 2007 e o segundo trimestre de 2009 registrou uma contração do PIB norte-americano na ordem de 5,1%. Tal contração levou a uma ampla destruição da força de trabalho. Aberto um novo período de recessão, agora em 2011, a crise ampliará esse processo em curso.

Pior: diante do fraco consumo interno, da balança comercial desfavorável, do corte de gastos e da menor arrecadação, a Casa Branca se verá na obrigação de manter artificialmente a economia, com a emissão de mais títulos públicos, com o endividamento maior do Estado e aumento do déficit público. Em uma nova etapa, os resguardados “programas sociais de Obama” sofrerão um duro golpe; já orquestrado, obviamente, entre republicanos e democratas que agora fazem jogo de cena com a população sobre o acordo do “teto” da dívida.

A possibilidade real de a dívida do Estado chegar a 16 trilhões de dólares em 2012 evidencia o grau de parasitismo que alcança o capital monopolista, impulsionado por políticas que o favorecem a curto prazo, mas destroem as riquezas acumuladas a médio e a longo prazos.

Capital especulativo determina as políticas dos diferentes governos

A aparência de contraste entre o modelo norte-americano e o europeu para responder à crise começa a se apagar. Como sempre indicamos, os dois modelos conduziam à destruição de riquezas acumuladas e favorecimento do capital financeiro. Agora, FMI, BCE e FED concluem que é preciso mesclar as duas iniciativas: de um lado, atuar no mercado, recomprando títulos, mantendo as dívidas públicas a patamares estratosféricos e, de outro, atuar sobre os setores produtivos, cortando gastos sociais, fazendo reformas, impondo uma diminuição forçada do déficit (o que recai, em última instância, sobre o funcionalismo público).

Duas políticas, aparentemente contraditórias, se combinam nesse ponto. Aumentar o total das dívidas do Estado não impediria diminuir o déficit anual orçamentário?

Nesse caso, a contradição é apenas aparente, pois todos os economistas, dos mais vulgares, sabem que o déficit não diminuirá nos próximos anos, uma vez que o período de estagnação e recessão impede que a arrecadação de impostos aumente; há, na verdade, um movimento inverso. A política de diminuição do déficit atua apenas como propaganda ideológica para cortar gastos sociais e retirar direitos; atua, portanto, em consonância, com a política parasitária de aumentar a dívida total dos Estados.

O Banco Central Europeu já anunciou que não descarta a necessidade de recomprar títulos dos países em dificuldade (Portugal, Irlanda, Grécia, Itália e Espanha). O FED (Banco Central estadunidense) tem incentivado o governo a fazer essa recompra, já que assim o governo emite títulos revendidos nos mercados de ações, a juros elevados.

Fenômeno curioso é que, para além dos grandes órgãos imperialistas, toma vulto em nossa época as chamadas “agências de avaliação de risco”, cuja única função “social” é avaliar, de forma mais ou menos empírica, a possibilidade de Estados e empresas privadas honrarem as suas dívidas. A especulação torna-se uma função do capital parasitário, ganha corpo e aparece como parte da divisão do trabalho. Seu papel doutrinário funciona como máscara “científica” para as políticas adotadas pelos governos e empresas.

Apenas a política revolucionária da classe operária pode revelar os vínculos entre economia e política burguesas. Nenhum governo ou órgão burguês pode dar cabo da crise instalada, permitindo a “recuperação das economias”. A recessão é certa na Europa que não deve crescer mais que 1% em 2011 e torna-se mais concreta a cada dia nos EUA. Quem sofrerá as consequências serão as massas assalariadas das economias imperialistas.

A nova etapa da crise perdurará alguns anos, destruindo mais postos de trabalho, mais direitos e conquistas sociais. As massas terão de se lançar à luta em defesa de reivindicações vitais, de emprego e salário. Trata-se de organizá-las sob as tarefas transitórias de defesa da força de trabalho e do socialismo. Destruir o capitalismo através da Revolução Proletária é a única saída para pôr um fim a esses ciclos malditos de crise econômica.

Argentina

Declaração Pública Por meio das eleições e das legislaturas não resolveremos nossas necessidades

Nos próximos meses, se votará por candidatos nas primárias, haverá eleições presidenciais, para governadores, deputados, prefeitos, etc.

Nossa primeira observação é que estamos diante de uma farsa. Os politiquinhos repetem mil promessas para ganhar o voto popular.

Eles dispõem de milhões para suas campanhas e ocuparão todos os espaços nas ruas, TV, rádio e jornais para nos convencer de que os elejamos, porque de suas mãos virão as soluções de todos os problemas e que não existem alternativas fora desse sistema.

Os partidos resolveram à margem de seus filiados quem serão os candidatos, com quem farão frente, que agremiações aceitarão para somar votos - postulam-se para gerenciar o Estado em benefício de tal ou qual fração dos capitalistas, ainda que prometam governar para todos.

Dizemos com clareza que não será através do Congresso ou dos legislativos estaduais, nem por meio das eleições, que poderemos resolver nossas reivindicações mais importantes.

Não será a via para impor os salários e as aposentadorias que nos correspondem, nem acabaremos com a precarização trabalhista e o desemprego, nem resolveremos a moradia, nem daremos fim à inflação que expropria nossos ganhos, nem recuperaremos a soberania nacional expulsando o imperialismo. Por essa via, não acabaremos com a desnutrição nem recuperaremos a saúde e educação públicas.

Todas as reivindicações sócias, nacionais, democráticas serão impostas **exclusivamente** mediante a luta unitária, massiva, aplicando **os métodos de ação direta** pelas massas. Assim tem sido em toda nossa história. Quem não diz claramente assim ou quem não o diga está contribuindo para o engano, para vender novamente ilusões.

O poder não se resolve nas eleições

Aqueles que mandam verdadeiramente são os mesmos, ganhe quem ganhar. Ou seja, um punhado de grupos econômicos que concentra cada vez mais poder, que cada vez são mais ricos. O governo afirma que se atingem recordes de produção, que se distribui a renda, que se erradica a pobreza, e tantas outras maravilhas. Mas a realidade é que nem com esses índices se conseguiu acabar com o desemprego que soma milhões (especialmente entre os mais jovens); os salários que recebe a metade dos trabalhadores, em média \$2.200, não chegam nem a metade do que custa a cesta-básica. Mais de 30% dos trabalhadores continuam precarizados.

A função dos legisladores é de defender o regime da grande propriedade dos meios de produção, para isso fazem as leis. As empresas multinacionais dominam a produção e o comércio exterior, são as petroleiras, mineradoras, montadoras, siderúrgicas, plantadores de soja, agropecuária e comunicações.

O grande capital imperialista condiciona os passos da Nação, seus centros de decisão se encontram no exterior, decide o que produzir, o que exportar, são as multinacionais que fixam os preços da economia.

No País produzimos 100 milhões de toneladas de cereais ao ano, mas pagamos o pão como artigo de luxo trazido da França. As petroleiras nos exploram e cobram os combustíveis a preço internacional, quando o custo da produção na Argentina é um dos mais baixos do mundo, e assim funcionam todos os ramos da economia.

Enquanto o País não se livrar da opressão **expropriando** esses meios de produção, não terá como resolver todos os problemas e sair desse cerco às forças produtivas.

É necessário recuperar os recursos naturais para que possamos colocá-los a nossa disposição e não dos negociantes que estão destruindo o País.

Para levar adiante essa luta pela Libertação da Nação e nos livrar ao mesmo tempo das cadeias da opressão social, é necessário constituir uma **frente antiimperialista**, de todos os oprimidos, sob a direção política da classe operária. É preciso nos organizar a partir das bases, pondo em pé assembleias nas quais podemos discutir todas as reivindicações e como conquistá-las, apelando sempre para nossas forças, usando nossas próprias mãos. Ninguém fará nada por nós.

As organizações sindicais em mãos dos burocratas vendidos, sócios dos governos e das patronais não levam adiante nossas reivindicações, isolam os trabalhadores que lutam e os perseguem, somente estão interessados em novos cargos no Estado, em novos negócios. Sempre às costas e contra os explorados. Temos de expulsá-los do movimento operário para que essas organizações nos sirvam.

Os petroleiros, educadores, funcionários públicos vêm protagonizando há várias semanas grandes lutas em Santa Cruz, sendo reprimidos de todas as formas pelos Governos, Justiça e burocratas, que enviam seus capangas e que isolam os lutadores do restante dos trabalhadores.

Há companheiros de esquerda que se apresentam nas eleições como candidatos, mas que não colocam estas questões vitais, alimentam a ilusão de que com muitos votos e com alguns parlamentares se podem obter algumas conquistas e tratam de alimentar ilusões em setores da população que muitas vezes reclamam a unificação da esquerda.

Não existe "voto útil". Votar pelo governo para impedir que ganhe uma oposição, que aparece tão definitivamente como antioperária e antinacional, daria legitimidade àqueles que pagam a dívida externa como nenhum outro governo tem feito, àqueles que se sustentam com a burocracia, que têm resgatado a politicagem corrupta, que subsidiam com milhões os capitalistas, e têm sido incapazes de recuperar os recursos naturais da nação. Votar pela oposição para acabar com esses

males é ir de mal a pior.

A classe operária não intervém com partido e candidatos próprios nessas eleições devido a debilidade organizativa dos revolucionários.

Mas intervimos na campanha dizendo as coisas pelo seu nome. A perspectiva da classe operária é seu próprio governo apoiado nas classes médias oprimidas da cidade e do campo, um governo da maioria, um governo operário e camponês (ditadura do proletariado), que destrua o Estado dos capitalistas (essa pequena minoria que controla o poder), para começar a construir o socialismo, unindo-nos com os operários, os camponeses, os estudantes, de todo o continente, com os olhos dirigidos para os Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Insistimos, não há futuro para os oprimidos senão emancipando a nação da opressão imperialista, deixando de pagar a dívida externa, recuperando as empresas privatizadas, as minas e as jazidas, recuperando toda a terra, nacionalizando sem indenização os bancos e comércio exterior.

Os capitalistas querem que acreditemos que a única alternativa é a que nos apresentam nas eleições e que não existe

outro terreno para resolver nossos problemas. Ao contrário, dizemos que sim. **Que existe outra via, a via revolucionária**, a única que pode transformar essa realidade e impedir que a barbárie continue avançando. Chamamos os trabalhadores, a juventude, os desempregados e aposentados, a população indígena, os camponeses pobres que somem a essas ideias **anulando seu voto**, colocando essa declaração nas urnas.

Na Argentina não houve, não há e não poderá haver democracia como se conheceu há muito tempo em alguns países desenvolvidos. O que pode nos oferecer é esta farsa de politicagem, superficial e corrupta.

O capitalismo atravessa um desmoronamento em escala internacional, as bancarrota se estendem, o desemprego cresce e a inflação dos produtos necessários à vida também. Em sua decomposição, o capitalismo gera novas guerras, persegue os imigrantes que chegam aos países imperialistas, desesperados a procura de um trabalho.

Não há como reformar ou humanizar o capitalismo. Devemos acabar com ele antes que nos esmague com sua barbárie, o que certamente não se obterá jamais por meio das urnas.

No Massas 411 e 415 publicamos a posição do Partido Operário Revolucionário da Argentina, membro do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional, sobre as eleições e sobre a Frente de Esquerda constituída pelo Partido Obrero (PO) e Partido Socialista dos Trabalhadores (PTS). Neste número, damos seqüência.

Por que não chamamos o voto na Frente

Em meio à corrida eleitoral, foi-nos colocado um desafio: a possibilidade de nosso isolamento como resultado, principalmente, da quase totalidade do espectro da esquerda que se diz trotskista se reunir sob uma aliança eleitoral, mas também pelo fato das ilusões democráticas estarem acentuadas em relação a 2001.

Uma situação política marcada pelo predomínio ideológico burguês que se expressa não somente na permanência das ilusões democráticas, mas também pela imposição da lei eleitoral que, como a anterior, procura impedir a expressão política do programa e do partido revolucionário.

Devido a nossa insistência em negar a embriaguez eleitoralista sem princípios, fomos taxados de sectários e ultimatas. Fomos afastados de toda discussão política aberta com o ativismo e a vanguarda que os apoia, de maneira a não podermos expor abertamente nossos pontos de vista. Mas o POR não é abstencionista: atua sem candidatos próprios e sem apoiar candidatos alheios, nas condições em que está obrigado a aplicar a tática leninista de reivindicar o programa da classe operária – eis por que nestas eleições defendemos o voto nulo programático.

Contudo, em resposta àqueles que dizem que nunca apoiamos criticamente nenhum programa ou candidato que não seja do partido, dizemos que não descartamos o voto crítico se importantes camadas do movimento operário estiverem rompendo com os partidos da burguesia, como expressão instintiva de sua independência de classe, e se orientando para a Frente de Esquerda, ainda que esta expresse um programa centrista. Mas atuaríamos chamando a luta de classes, ação direta das massas, e fazendo tudo para ganhar a vanguarda para o programa revolucionário do proletariado, diferenciando-se do centrismo.

Entretanto, nada disso aconteceu. Apoiar a Frente, nestas circunstâncias, seria reproduzir seu oportunismo.

A maioria dos explorados continua sob a órbita dos partidos capitalistas, alimentando-se do engano de que, ao eleger seus candidatos, estariam condicionando a política do Estado e dos partidos patronais. Acontece que os explorados não conseguem visualizar que trocam os governos, mas se mantém a mesma classe no poder e a miséria se perpetua. Não vêem que a revolução é uma necessidade histórica para acabar com a barbárie capitalista.

Para nós, intervir nas eleições com candidaturas significa levantar uma tribuna para içar bem alto a bandeira dos interesses históricos do proletariado, que se resume na destruição da burguesia como classe, da propriedade privada e do Estado burguês, com os métodos da revolução. Edificando uma nova sociedade baseada na propriedade social e no governo operário e camponês. É preciso dizer com clareza que nem as eleições e nem a legislatura são terrenos onde se resolvem nossos problemas.

À vanguarda que genuinamente crê nos partidos de esquerda que se negam a defender o programa da revolução e ditadura proletárias, advertimos-lhe que aprofundar as ilusões democráticas só serve, querendo ou não, ao objetivo de perpetuar a cobertura legal de que necessita a burguesia para sustentar a sua ditadura. E que a legislação eleitoral, tanto a atual como a anterior, proíbe cada vez mais a presença da própria esquerda. Por isso, é preciso derrubá-la com a ação direta das massas, não se adaptando a ela ou tentando reformá-la. O mesmo deve ocorrer com o regime que lhe serve de sustentação.

(Extraído do Jornal Massas, nº 250, 18 de julho de 2011)

Conferência Internacional reconstitui o Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Nos dias 13 e 14 de agosto, reuniu-se a Conferência Internacional do Cerqui, com delegados da Bolívia, Brasil e Argentina.

O primeiro dia teve como pauta a situação internacional, um balanço do funcionamento e da desativação do Cerqui e os informes das seções.

A discussão da conjuntura internacional teve como base a resolução discutida e aprovada nos congressos das seções brasileira (janeiro de 2011) e argentina (abril de 2011). Como tal, o texto formula uma série de prognósticos, que se mostraram confirmados pelos fatos da situação internacional.

Assim, o tema mais debatido na primeira parte da conferência foi a caracterização de que entramos numa nova etapa da luta de classes mundial, após a deflagração da crise mundial capitalista. Verificamos que as lutas das massas na Europa, os levantes no norte da África e Oriente Médio, as retomadas das lutas na América Latina, tudo isso conforma uma mudança significativa no cenário mundial. A violência da crise capitalista, a que os governos burgueses procuram descarregar as consequências sobre as massas, levam a duros choques. Erguem-se movimentos multitudinários de resistência instituinte às medidas governamentais e às consequências econômicas da crise. As direções burocráticas não têm conseguido evitar as lutas. As direções são obrigadas a se colocar à cabeça das manifestações, e procuram conduzi-las à negociação das medidas antipopulares, ou seja, no quadro do descarrego da crise sobre as massas. As lutas são muito ativas, mas esbarram na ausência da direção revolucionária, não existe ou não se encontra enraizado nas massas o partido marxista-leninista-trotskista, a IV Internacional e suas seções, e por isso não se coloca a possibilidade de desfecho vitorioso para as manifestações massivas, que implicaria a revolução proletária, socialista.

Essa mudança na situação mundial, no entanto, favorece a construção do partido programa, porque revela o esgotamento histórico do capitalismo, o caráter traidor das direções burocráticas e a força da ação revolucionária e transformadora das massas. Cabe às seções impulsionarem o trabalho de construção do partido nesse quadro.

A reativação do Cerqui

Nesse ponto, mostrou-se como foi rica a elaboração política do Cerqui em seus dez anos de existência. Que respondeu com muita clareza à desintegração do estalinismo no Leste Europeu e à crise que se instalou na esquerda por conta disso, defendendo o programa do proletariado, a revolução política que seria capaz de restabelecer a ditadura do proletariado e trazer os países da região de volta à luta pelo socialismo, que como tal só poderá se instaurar como sistema econômico mundial. A força do Cerqui reside nas elaborações formuladas pela Oposição de Esquerda dos tempos de Trotsky, em que já se encontram os prognósticos e as respostas à degeneração do Estado Operário e as tarefas decorrentes, a construção da IV Internacional, de-

sintegrada pelas cisões e oportunismo das correntes pablistas, etc.

Verificou-se o papel desagregador da fração da seção argentina, que levou à interrupção do Cerqui. Mas se ressaltou a necessidade de sua retomada, reforçada pelo desenvolvimento da crise capitalista e ação das massas.

Acordou-se a necessidade de retomar o estudo e divulgação dos documentos constitutivos do Cerqui, bem como das formulações da Oposição de Esquerda para armar um quadro militante de construção coletiva e intervenção organizada do Cerqui.

Informes das Seções:

Bolívia: realizou recentemente um congresso extraordinário, em que se avaliaram as mudanças na situação política. A crise mundial obriga o governo Evo a tomar medidas contra as massas, que começam a se chocar com ele. Está em marcha um processo de divisão entre o campesinato, com algumas de suas frações se levantando contra o governo, deixando de ser base de apoio para lutar contra ele, enquanto outras se mantêm na sustentação governamental. Esse processo indica uma transição da situação anterior para a situação de unidade da luta das massas para enfrentar o governo. No momento, grupos originários indígenas se lançam à luta contra a tentativa do governo de implantar uma autoestrada em seu território, dividindo-o ao meio e permitindo que seja ocupado pelos plantadores de coca e colonizadores. A defesa da propriedade coletiva dos originários contra a investida do governo e a defesa das bandeiras dos demais setores é a política do POR, que trabalha pela unidade dos oprimidos contra o governo burguês e os capitalistas.

Foi informado o avanço na conquista de direções nos setores de professores e estudantes, e as dificuldades em penetrar nos mineiros, que foram muito reduzidos e que estão numa situação econômica circunstancialmente favorável (salários equivalentes ao mínimo vital). Mas mostrou-se que essa situação tende a mudar com os passos da crise econômica, um país atrasado não conseguirá constituir uma aristocracia operária.

Argentina:

Foi dado um informe da realização das prévias eleitorais no país, que impuseram a condição de 1,5% para lançamento de candidatos e resolução das disputas internas dos partidos burgueses. Pelas prévias, as disputas entre os candidatos é jogada para fora do aparato dos partidos, o que dificulta a sua cisão (havia previsão da possibilidade de divisão nos partidos burgueses). Para as esquerdas democratizantes, colocou-se a necessidade de formação de uma frente oportunista que alcançasse o índice exigido a qualquer custo. Ao ponto da corrente altamirista (PO) defender que aqueles que quisessem, votassem em Cristina para presidente, mas votassem na frente de esquerda para os outros cargos. O POR atuou criticando o oportunismo da frente de esquerda e a defesa das reivindica-

ções das massas pelo método da ação direta.

Brasil:

Informou-se a crise política do governo Dilma, que se passa no interior de sua própria base aliada. Mostrou-se que a crise já começa a afetar o país, e que seu desenvolvimento levará a um aprofundamento da crise política. O governo anuncia cortes de gastos, nenhum reajuste aos funcionários. Mas oferece favorecimentos aos capitalistas. O POR defende a linha de oposição revolucionária ao governo e critica esquerda pela consigna de oposição de esquerda (eleitoral). Os movimentos sociais estão amordaçados pela estatização das direções. Os sem-terra são

A natureza da crise estrutural do capitalismo

Somos testemunhas de uma profunda queda da economia mundial em todos seus setores e do colapso do sistema capitalista. O mundo olha angustiado à falência do sistema financeiro mundial anunciando à humanidade a eclosão da primeira crise do capitalismo com uma envergadura verdadeiramente “global” e com sequelas diretas em todos os mercados de bens e de capitais dos cinco continentes.

Definitivamente não se trata de uma crise conjuntural a mais. A natureza dos últimos acontecimentos mundiais revela que estamos em presença de uma “crise estrutural” do capitalismo. Esta se caracteriza por um grande excedente de capitais em mãos dos grandes consórcios imperialistas que não encontram aplicação no aparato produtivo mundial devido à concentração da riqueza cada vez concentrada em mãos de menos proprietários. Os capitais migram ao setor financeiro especulativo em detrimento do setor “real” ou produtivo.

Toda a lengalenga sobre as bondades de um “novo” mundo “globalizado e tecnológico” são desmentidas pela realidade em que as forças produtivas mundiais, que não deixam de crescer, se chocam brutalmente com a tendência a uma apropriação cada vez mais privada do excedente econômico. O mundo tornou-se mais tecnológico, porém, há mais fome e miséria; os únicos beneficiários das polpudas “rendas tecnológicas” são as gigantescas corporações capitalistas.

Não há nenhuma dúvida que estamos nos aproximando dos limites históricos do capitalismo. Já se percebe, num futuro imediato, novas e mais profundas crises “globais” do sistema, descarregando sobre as costas dos trabalhadores do mundo suas nefastas consequências. A crise mundial não acabou. Seus maiores efeitos ocorreram nas metrópoles do imperialismo e se está longe de sair da catástrofe. Os elos mais fracos (Espanha, Itália, Grécia, etc.) são fonte de conflitos sociais que podem ter repercussões sobre as metrópoles do imperialismo e sobre os países coloniais.

A economia capitalista mais poderosa, a dos EUA, se desmorona e na sua queda arrasta a economia mundial para uma recessão de consequências catastróficas para os explorados e as nações oprimidas pelo imperialismo.

No limite desta data (2 de agosto), o governo dos EUA que estava a ponto de declarar o “default” – ou seja, sua incapacidade de honrar suas obrigações com os credores de sua astronômica dívida externa de 14 trilhões e 200 bilhões de dólares, igual a 100% do seu produto interno bruto -, conseguiu finalmente que democratas e republicanos entrassem em acordo no

perseguidos e as frações burguesas os atacam com repressão, assassinato de lideranças e legislação anti-ocupação e anti-organizações. Os operários ainda não conseguiram superar as travas das direções. O movimento estudantil está bloqueado pela política estatizada e conciliadora com o ensino privado da UNE. A crise colocará outras perspectivas, porque empurrará as massas a se chocarem com os capitalista e governo, e as direções estarão na encruzilhada. Falta o partido revolucionário, capaz de levar as futuras lutas à vitória (revolução proletária).

No segundo dia, o Comitê de Enlace se reuniu para planejar o trabalho internacional.

Congresso para autorizar a elevação do teto de endividamento (autorizar o governo a continuar se endividando mais) e o corte no orçamento de US\$ 900 bilhões. O acordo não inclui nenhum tipo de aumento de impostos aos ricos nem às empresas. O corte afetará à classe operária e à classe média. O déficit fiscal anual dos EUA é de 10% do seu PIB, ou seja, 1,4 trilhões de dólares.

A maior economia do mundo é também a que tem a maior dívida externa e um astronômico déficit fiscal, que não seria tolerado pelo FMI e pelo Banco Mundial em qualquer outro país capitalista atrasado. Fosse esse o caso, imediatamente teriam lhe imposto sanções e duras medidas de ajustamento a custas da vida das massas como atualmente ocorre com a Grécia, por exemplo, ou, como aconteceu com a Bolívia quando se impôs a venda de todas as empresas do Estado e abertura sem restrições ao investimento estrangeiro para o saque das matérias-primas, tão cobiçadas pelo imperialismo.

Na prática, há muito tempo os EUA deixaram de ser solventes para pagar a sua dívida externa. Para pagar suas obrigações, contrai novas dívidas em troca da emissão de Bonos do Tesouro que se cotizam nas bolsas de valores como parte da espiral financeira especulativa sem respaldo na produção.

A quebra da economia norte-americana é a expressão mais contundente da crise estrutural do capitalismo. Se os EUA declarassem falência e suspendessem o pagamento de suas dívidas, todo o castelo de cartas dos valores fictícios com os que se movimenta a economia especulativa capitalista ruidaria, provocando uma recessão mundial com consequências desastrosas para a humanidade.

As reservas internacionais da Bolívia de onze bilhões de dólares virariam fumaça num instante, os altos preços das matérias primas cairiam abruptamente pela paralisação do aparato produtivo mundial e a precária economia nacional afundaria.

A autorização do Congresso norte-americano para continuar se endividando não resolve o problema do caráter fictício da economia financeira capitalista mundial que opera com astronômicos valores em papéis sem respaldo no que os economistas chamam de “economia real”, quer dizer, a produção de bens. Tarde ou cedo, o volume total desses valores fictícios terá de equiparar-se aos valores reais dos produtos, com a consequente desvalorização catastrófica das moedas, que atualmente jogam um papel de moeda mundial, o dólar e em menor medida o euro.

Na medida em que não se supera a crise estrutural do sis-

tema pela via da revolução social, a “superação” circunstancial das crises só pode se processar mediante a destruição periódica das forças produtivas, particularmente da força de trabalho (seu componente fundamental), o fechamento de fábricas, a demissão massiva de trabalhadores, a precarização das condições de trabalho, a perda de conquistas sociais, o desenvolvimento de forma de super-exploração da força de trabalho, etc. e, em determinadas condições, a guerra como cenário de uma gigantesca destruição de homens e recursos. Esta destruição periódica é condição essencial para a sobrevivência do sistema capitalista em sua etapa de decadência.

Em contrapartida, se produzirão grandes mobilizações sociais em nível mundial como resistência à barbárie capitalista, mas a resistência das massas tropeça no grave obstáculo da ausência de uma direção revolucionária proletária, que coloque a perspectiva da revolução socialista mundial para acabar com a barbárie capitalista e emancipar as forças produtivas, para atender as necessidades do conjunto da humanidade sobre a base da propriedade social dos meios de produção.

As forças produtivas emancipadas dos interesses da burguesia, da mesquinharia burguesa, poderão utilizar toda a capacidade tecnológica moderna para satisfazer as necessidades do conjunto da sociedade e libertar o homem da exploração capitalista.

O dilema que a humanidade enfrenta é: ou somos destruídos pela voragem capitalista que arrasta a humanidade a uma

Bolívia

Medidas preventivas para proteger o país da crise mundial

Qualquer tentativa nesse sentido está fadada ao fracasso, tanto pela a profundidade da crise estrutural do capitalismo e quanto pela condição de subordinação da economia nacional aos interesses do imperialismo.

O governo, ante os efeitos da crise, fatalmente pretenderá descarregar o peso da crise nas costas dos explorados resguardando os interesses da classe dominante e do imperialismo. Chegou a hora de nos organizarmos para impedir a destruição da força de trabalho e o agravamento da pobreza entre os explorados.

O governo de Evo Morales e muitos outros do continente, no início desta crise que começou pela metrópole, desenvolveu a teoria de que seus países (pela pequenez das suas economias e de sua tênue ligação ao mercado global) estavam protegidos dos efeitos da mesma.

Agora, diante da catástrofe norte-americana que chegou à beira da inadimplência, afastada momentaneamente com o difícil acordo entre democratas e republicanos sobre o aumento do limite da sua astronômica dívida pública, o governo boliviano reconhece que o país está exposto aos graves efeitos da crise estrutural do sistema capitalista. Garcia Linera disse que “os Estados Unidos é uma economia em quebra, mas é a maior economia do mundo, não estamos falando de um país, nós estamos falando sobre o núcleo hegemônico da economia global, então, isto terá repercussões em toda parte e como economia boliviana devemos nos preparar para resistir às ondas da crise

época de barbárie moderna, ou encaramos a tarefa da “revolução socialista mundial” como única saída revolucionária para os explorados do mundo.

A revolução em qualquer país é parte inseparável da revolução internacional. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional trabalha para que o partido dos explorados e oprimidos tome o poder à frente dos explorados e subjugados que buscam se emancipar.

Sabemos por experiência própria e pela vivida em outros lugares que a sociedade comunista (baseada na propriedade social dos meios de produção, sem Estado escravizador do ser humano, em que cada um aportará à sociedade segundo suas capacidades e receberá dela tudo de precisar para satisfazer suas necessidades, tendo desaparecido as fronteiras nacionais) tem que ser necessariamente internacional, não pode se realizar numa região isolada e rodeada de países capitalistas.

Sua sorte está determinada pelas dificuldades e pelos caminhos que percorram os movimentos operários revolucionários mundiais.

Na atual situação de crise do capitalismo e de rebelião dos povos oprimidos e os trabalhadores de todas as partes do mundo, torna-se urgente a reconstrução da IV Internacional como partido marxista-leninista-trotskista capaz de orientar a luta pela revolução mundial.

Cochabamba, 13 de Agosto del 2011

financeira norte-americana”.

Na linha proposta pelo vice-presidente, o governo boliviano decidiu adotar quatro medidas preventivas para a amortecer o impacto da crise mundial:

a) A aceleração do processo de industrialização “para diversificar a oferta exportável” para não depender de forma tão predominantemente dos minerais e gás, cujo preço pode despencar de forma catastrófica pela recessão global.

b) Fortalecimento do mercado interno mantendo e, sempre que possível, melhorando os gastos sociais, Garcia Linera disse: “Vamos continuar com as bolsas, vamos continuar com nossa política de aumentos salariais com base no aumento da produtividade”, segundo ele é suficiente manter as bolsas e os miseráveis salários atuais para impulsionar o mercado interno.

c) Comprar ouro com uma parte das reservas internacionais, disse que “normalmente (a crise) não terá efeito significativo (nas reservas internacionais), porque eles estão em dólares, mas em termos reais devemos estar mais atentos para a possibilidade de aumentar nossos estoques de ouro, que agora é um bom refúgio para manter o valor real das reservas internacionais”.

d) Finalmente, o vice-presidente advertiu que o Estado permanecerá alerta para a situação dos migrantes bolivianos, disse: “Devemos estar atentos aos compatriotas, às suas reservas, e dependemos de seu retorno para apoiá-los”.

Não devemos esquecer que estamos em crise e seus efeitos catastróficos já estão sendo sentidos na Bolívia com a queda dos preços do gás e minerais no mercado mundial e da redução drástica da ajuda internacional para financiar a política orçamentária do governo. Qual é o tempo necessário para materialização da industrialização nas áreas de atividade produtiva, principalmente no setor de mineração e combustíveis, pior ainda quando se fala de agricultura? Os governos da classe dominante sempre falharam nesta tentativa como o único meio de superar o atraso. Será que Evo Morales tem a varinha mágica para realizar o que não pôde se materializar em séculos?

Manter a política das bolsas depende do dinheiro disponível pelo Estado, cujos ingressos serão reduzidos cada vez mais. Quando a situação se agravar, o governo não terá escolha a não ser reduzir ou suprimir as miseráveis bolsas e manter os salários miseráveis aos trabalhadores, cujo poder de compra

cai todos os dias devido à inflação.

As outras medidas como a de comprar ouro e a de antecipar o retorno dos migrantes são paliativos que não terão maiores impactos sobre as consequências da crise internacional.

Os explorados bolivianos devem se organizar e lutar para impedir que o governo, proteja os interesses da classe dominante e das multinacionais imperialistas, e passe a conta da crise para ser paga pelos trabalhadores e pelos famintos do país; devemos impedir por todos os meios a redução dos salários e das aposentarias; frente ao iminente fechamento dos locais de trabalho, como está acontecendo no setor fabril de El Alto na cidade de La Paz, colocar na ordem do dia a palavra de ordem da ocupação operária das fábricas e minas, selar pactos de unidade entre todos os setores para enfrentar unidos a política pró-patronal e pró-imperialista do governo do MAS.

(Extraído do Masas boliviano n 2230 de 19/08/2011)

Publicamos neste número do Massas o ponto V do folheto “O que é e o que quer o Partido Operário Revolucionário?”, de Guillermo Lora, redigido em 1958, como documento programático do Partido Operário Revolucionário da Bolívia. Nos Massas 416 e 417 foram publicadas as partes “Definição do Partido Operário Revolucionário; Como funciona o Partido Operário Revolucionário; Relações com os sindicatos; Relações com os outros partidos”.

V. O que quer o Partido Operário Revolucionário?

a) Ideia programática básica

A ideia central do programa do Partido diz: na Bolívia, igualmente aos demais países, corresponde ao proletariado a direção política do processo revolucionário, isto é, ao seu partido político. Essa classe social, produto do regime imperante, é a classe revolucionária por excelência, porque, não tendo interesses comuns de nenhum tipo com o passado, nem com o capitalismo, é capaz de levar a revolução até a total liquidação de toda forma de opressão classista. As outras classes (pequena burguesia, campesinato, certos setores da burguesia em alguns países, mas não na Bolívia) podem assumir circunstancialmente atitudes revolucionárias, mas estão longe da capacidade de levar o processo revolucionário ao seu ponto mais alto.

Na Bolívia, país capitalista atrasado, o proletariado, demograficamente uma minoria, é o eixo econômico e político e se converte em direção nacional. Com essa capacidade, tem de dar solução a todos os problemas nacionais. A revolução na Bolívia não pode ser concebida como uma revolução puramente operária, tem de ser nacional e dirigida pelo proletariado.

A classe operária se vê obrigada, pelo enorme atraso do país, precisamente, a cumprir tarefas históricas correspondentes à burguesia (liquidação do latifúndio e de todas as formas de economia pré-capitalista, concretizar a libertação nacional, a unificação do País, estruturar o mercado interno, etc.). Uma vez no poder, poderá na ordem do dia as tarefas que lhes são próprias, isto é, as socialistas. A minoria proletária não pode chegar ao poder isoladamente e se o fizesse não poderia mantê-lo por muito tempo. O governo operário contará com o apoio direto da massa camponesa e a maioria empobrecida da pequena burguesia das cidades.

b) O governo operário e camponês ou ditadura do proletariado

É fácil compreender que na base da estratégia do Partido

Operário Revolucionário se encontra a aliança de operários e camponeses, as duas forças motrizes da revolução. O Partido do proletariado denomina o futuro governo de operário e camponês para assinalar que seu objetivo é o de arrastar atrás de si a maioria nacional (camponeses e classe média).

O governo operário e camponês não será senão a ditadura do proletariado, ou seja, do Partido Operário Revolucionário, sustentado pela maioria nacional, principalmente pelo campesinato.

O governo operário e camponês é a única solução revolucionária que permitirá superar, de acordo com os interesses nacionais, o atual desgoverno movimentista.

A quebra total do Movimento Nacionalista Revolucionário no poder é mais uma prova de que uma revolução dirigida pela pequena burguesia sob um programa capitalista, ou por uma classe social que não seja o proletariado, está condenada a não avançar até o final e a fracassar sob o peso do imperialismo e da reação interna.

A aguda crise econômica que sofre o País (salários baixíssimos, preços e custos de produção muito elevados, desemprego, paralisação parcial da indústria nacional, etc.) é consequência da bancarrota do governo movimentista. A solução somente pode ser política e será dada pelo governo operário e camponês, ou seja, pela ditadura do proletariado. O vergonhoso entreguismo da cúpula dirigente do emeenerista não é outra coisa senão a consequência do caráter classista de seu partido. O Movimento Nacionalista Revolucionário pretende solucionar os problemas internos do País com a ajuda do Departamento de Estado dos Estados Unidos e, por isso, lhe entrega a preço vil as fontes de matérias-primas.

Praticamente, o governo de Siles se aliou com o imperialismo ianque contra as massas bolivianas, que caminham firmes para destruir a opressão estrangeira e a concretizar a libertação nacional.